



MESTRADO EM PSICOPATOLOGIA CLÍNICA E PSICOLOGIA DA SAÚDE

**Materialidade Financeira e Subjetividade no Litígio de
Famílias pela Guarda dos Filhos**

PÂMELA BATISTA FERREIRA BEDIM

Vannúzia Leal Andrade Peres

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Goiânia, 2016

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicopatologia Clínica e Psicologia da Saúde

Mestranda: Pâmela Batista Ferreira Bedim

Materialidade Financeira e Subjetividade no Litígio de
Famílias pela Guarda dos Filhos

Orientadora: Dra. Vannúzia Leal Andrade Peres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicopatologia clínica e Psicologia da Saúde.

Goiânia, 2016

B412m Bedim, Pâmela Batista Ferreira
Materialidade financeira e subjetividade no litígio
de famílias pela guarda dos filhos[manuscrito]/ Pâmela
Batista Ferreira Bedim.-- 2016.
112 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Psicologia, Goiânia, 2016
Inclui referências f.105-110

1. Direito de família - Aspectos psicológicos. 2.
Pai e filhos. 3. Ação judicial. 4. Subjetividade.
5. Guarda de menores. 6. Guarda compartilhada. 7.
Finanças. I.Peres, Vannúzia Leal Andrade. II.Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: - 159.9:347.6(043)

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicopatologia Clínica e Psicologia da Saúde

Folha de aprovação

Título: Materialidade Financeira e Subjetividade no Litígio de Famílias pela Guarda dos Filhos

Autor: Pâmela Batista Ferreira Bedim

Esta dissertação foi apresentada ao Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Data da Avaliação: 01/04/ 2016

Banca examinadora

Presidente da Banca – Professora Orientadora: Profa. Dra. Vannúzia Leal Andrade Peres
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás

Membro Convidado Externo: Profa. Dra. Geisa Nunes de Souza Mozzer
Universidade Federal de Goiás - UFG

Membro Convidado Interno: Profa. Dra. Teresa Cristina Barbo Siqueira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás

Membro Suplente: Prof. Dr. Cristiano Coelho
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás

Resumo

A presente dissertação decorre da realização de um subprojeto relacionado a um projeto maior sobre as produções subjetivas de famílias em litígio pela guarda dos filhos. A pesquisa buscou conhecer as formas como os ex-cônjuges e seus filhos compreendem as questões financeiras presentes no litígio. A fundamentação epistemológica e metodológica qualitativa é baseada na psicologia cultural-histórica para o estudo da Subjetividade. O campo da pesquisa foi o projeto Justiça Educativa de Famílias, resultante da pesquisa maior e no qual se trabalha com grupos interfamiliares, cujo objetivo é desafiar as famílias a gerarem novos sentidos subjetivos em relação ao litígio, para a sua resolução. Os sujeitos participantes deste subprojeto integram o projeto Justiça Educativa de Famílias e foram encaminhados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio do II Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. O critério de inclusão dos participantes deste subprojeto foi sua disponibilidade e trazerem como foco, no processo educativo, a temática da materialidade financeira do litígio. Todos os participantes assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e aceitaram participar deste subprojeto, **Materialidade Financeira e Subjetividade no litígio de famílias pela guarda dos filhos**, tendo clareza dos possíveis riscos e dos benefícios decorrentes de sua participação. Foram duas as famílias participantes: família A, composta de mãe e filha e Família B, composta de mãe, pai e filha. Os instrumentos utilizados foram o diálogo e a reflexão, tais como propostos para o Projeto Justiça Educativa de Famílias. O objetivo geral deste estudo foi compreender as produções subjetivas das famílias frente às questões financeiras do litígio. Parte-se da descrição de como os ex-cônjuges e seus filhos envolvem as questões financeiras no litígio para a compreensão de como esses aspectos estão relacionados com as suas subjetividades. Os resultados mostram como é possível a emersão do

sujeito no processo do litígio, de forma a compreender como a sua subjetividade está envolvida com os aspectos financeiros presentes nesse processo e como pode melhor resolvê-los ao tomar consciência de suas emoções, responsabilizando-se, assim, por suas ações.

Palavras- chave: Pesquisa Qualitativa, Materialidade Financeira, Justiça Educativa de Famílias, Litígio, Sentido Subjetivo e Emoções.

Abstract

This dissertation follows the completion of a subproject related to a larger project on the subjective productions of families in dispute by custody of children. The research aimed to know the ways that the ex-spouses and their children understand financial matters present in dispute. The epistemological and qualitative metodológiva reasoning is based on cultural-historical psychology for the study of subjectivity. The field of survey was the project Justice of Families, educational resulting from the larger survey and in which we work with groups interfamily relationships , whose objective is to challenge the families to generate new subjective senses in relation to dispute , for its resolution.

The participants of this subproject integrate the project Educational Justice of families and were delivered by the Court of Justice of the State of Goiás, through the II Judicial Center of solution of conflicts and citizenship. The inclusion criterion of the participants of this subproject was its availability to bring such as focus, in the educational process, the thematic of the materiality of the financial dispute. All participants signed the FCCT (Free and Clear Consent Term) and accepted to participate of this subproject, Financial materiality and subjectivity in dispute of families by the custody of children, having clarity of possible risks and of the benefits arising out of their participation. Were two families participants: family, composed of mother and daughter, family B, composed of mother, father and daughter. The instruments used were a dialog and reflection, such as proposed for the Project Justice Educational of families. The general objective of this study was to understand the subjective productions of the families forward financial matters of dispute. It is part of the description of how the ex-spouses and their children involve financial aspects in the dispute for the understanding of how these aspects are

related with their subjectivities. The results show how it is possible the emersion of the subject in the process of dispute, to understand how their subjectivity is involved with the financial aspects present in this process and how you can best resolve them to become aware of their emotions, being accountable, thus, for their actions.

Keywords: Qualitative research, Financial materiality, Justice Family Educational, Dispute, Subjective meaning and emotions.

Agradecimentos

É chegada a conclusão de um processo e me sinto extremamente realizada por conseguir alcançar esse objetivo. No decorrer desse caminho, pude vivenciar várias emoções, algumas boas e outras não tão boas assim, mas considero isso importante. Teve também aqueles momentos em que me senti desafiada a mudar e refletir sobre as minhas ações, muita coisa aconteceu, mas o que realmente fica de todo esse percurso é a aprendizagem, e não falo só no âmbito acadêmico, fica uma aprendizagem para a vida.

E diante de tanta coisa experienciada, não poderia iniciar os meus agradecimentos de forma diferente, agradecendo a Deus pela minha vida, por ter me concedido saúde e paz de espírito para desfrutar dessa grande oportunidade, obrigada, Deus, por sempre estar presente nos momentos em que mais precisei.

Agradeço a minha mãe pelo apoio e carinho, sempre presente, com palavras doces, me ouvindo e me dando forças para jamais desistir dos meus sonhos. Ao meu pai e sua esposa pela torcida e incentivo, a minha irmã Gabryella, minhas primas e toda a minha família, por entenderem a minha ausência nesses últimos dois anos e por reconhecerem que esse foi um momento de construção importante para o meu crescimento profissional, obrigada pelo carinho e compreensão.

Ao meu esposo, meu grande amor, que sem sombra de dúvidas foi e é o maior incentivador da minha jornada acadêmica. Obrigada por ser tão companheiro, por me desafiar nos momentos em que a fraqueza era grande, pelas palavras de incentivo, por entender que nem sempre eu poderia estar disponível da maneira que eu realmente gostaria, por acompanhar e fazer parte do meu crescimento profissional e pessoal. Obrigada por me proporcionar a oportunidade de realizar esse grande sonho de fazer o mestrado.

Aos amigos que fiz, em meio a tantos estudos, tive o prazer de conhecer algumas pessoas que se tornaram grandes amigos e que faço questão de levá-los para a minha vida, amigos esses do Projeto Justiça Educativa de Famílias e em especial a Márcia Kurogi, Rafael Motta, Jhefferson Fortunatto e Silvana Porfírio. As amigas Izadora Freitas, Lidiane Passarinho e Larissa Mohn. Foi maravilhoso estar com todos vocês, aprendi muito e agradeço pelas tardes de estudo, pelos livros emprestados, pela paciência em me ouvir quando já estava me sentindo esgotada, a vocês o meu mais sincero obrigada.

A minha orientadora, professora e Dra. Vannúzia Peres, um exemplo de psicóloga, tenho grande admiração pelo seu trabalho e uma enorme gratidão pela forma que você me acolheu, pela educação que sempre teve comigo, me fazendo perceber que eu seria capaz de desempenhar um bom trabalho. Gostaria de dizer que foi muito importante e gratificante construir essa dissertação ao seu lado, aprendi muito. Ouvir você dizer que eu produziria até onde eu conseguisse, até onde o meu fôlego chegasse, me suscitava uma mistura de sentimentos, me sentia motivada a dar tudo o que eu conseguisse para ter um desenvolvimento proveitoso no mestrado. Obrigada por despertar o melhor de mim.

Agradeço às professoras e doutoras Geisa Nunes de Souza Mozzer e Teresa Cristina Barbo Siqueira, por aceitarem o nosso convite para participarem da minha banca de qualificação e da defesa de mestrado. Tenho admiração pelo trabalho desenvolvido por cada uma de vocês, muito obrigada pela forma delicada e atenciosa que vocês colaboraram, discutindo conosco os pontos que poderiam ser melhorados para que esta dissertação fosse realizada.

Sumário

Resumo	v
Abstract	vii
Agradecimentos	ix
Apresentação	12
Introdução	14
Capítulo I – Contextualização Histórica	17
1.1 História Social da Família	17
1.2 Os diferentes desenhos de família: Implicações financeiras	27
1.3 A trajetória das mulheres frente à família e ao casamento.....	36
Capítulo II – Casamento, Divórcio e Litígio	44
2.1 O Casamento e suas novas conjugalidades.....	44
2.2 Divórcio e litígio: uma questão exclusivamente financeira?	51
Capítulo III – A Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa	58
3.1 A Teoria da Subjetividade	58
3.2 Sentido Subjetivo	64
3.3 Configuração Subjetiva.....	67
3.4 Objetivos	69
3.4.1 Objetivo geral.	69
Capítulo IV – Princípios Metodológicos.....	70
4.1 Epistemologia Qualitativa	70
4.2 Campo da Pesquisa	72
4.3 Projeto Justiça Educativa de Famílias.....	73
4.4 Os sujeitos da Pesquisa.....	77
4.5 Procedimentos e Materiais	79
Capítulo V – Resultados e Discussões	80
Capítulo VI – Considerações Finais.....	105
Referências	107
Anexo 1 – Termo de compromisso livre e esclarecido.....	113

Apresentação

O presente estudo qualitativo tem como fundamento a Epistemologia Qualitativa que possibilita compreender a subjetividade na perspectiva cultural-histórica proposta pelo teórico Fernando Luis González Rey. Nessa base epistemológica, tem-se a linha de pesquisa sobre: “Família, Subjetividade e Desenvolvimento Humano” proposta pela Profa. Dra. Vannúzia Leal Andrade Peres que integra a área de Psicopatologia Clínica e Psicologia da Saúde, do Programa de pós-graduação *stricto sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Assim, a presente dissertação é resultado de um subprojeto dessa linha de pesquisa, mais especificamente, do Projeto Guarda-Chuva “Produções Subjetivas de Famílias em Litígio pela Guarda dos Filhos: Implicações para seu Desenvolvimento Social”, sob o número do projeto 0101.0.168.168-10, elaborado e desenvolvido pela referida professora nos anos de 2009 a 2012 (Peres, 2014a, 2014b). Seu principal produto é o Projeto de Intervenção denominado Justiça Educativa de Famílias (Peres, 2013), que foi convertido em campo de estudos para alunos da graduação, mestrado e doutorado, desde o ano de 2013.

Dessa forma, este estudo busca desenvolver o conhecimento sobre o lugar que o financeiro ocupa no litígio de famílias pela guarda dos filhos, verificando as produções subjetivas de cada pessoa em relação a ele. A pesquisa aconteceu no campo Justiça Educativa de Famílias, nos anos de 2014 e 2015 e será apresentada, aqui neste texto, em seis capítulos.

No primeiro capítulo, tem-se a contextualização histórica da família e a materialidade financeira existente nos diversos desenhos atuais de família. Nesse

contexto, serão ressaltadas a trajetória da mulher e algumas das diversas implicações de gênero que existiram nesse processo de construção familiar.

O segundo capítulo aborda alguns dos principais desdobramentos históricos do casamento e as novas conjugalidades existentes, de modo a situar o lugar que o financeiro veio ocupando no casamento, no divórcio e no litígio. Para a compreensão do litígio, utiliza-se como fonte principal o conhecimento produzido por Peres (2014a, 2014b) sobre a subjetividade das pessoas envolvidas nesse processo. A partir desse conhecimento, buscou-se evidenciar o tema da materialidade financeira como um importante aspecto do litígio.

No capítulo três, apresenta-se a epistemologia qualitativa de González Rey (2005) por meio da qual esta pesquisa específica foi realizada. Além disso, nesse mesmo capítulo, também se apresenta a teoria da subjetividade, que possibilitou compreender como os ex-cônjuges e seus filhos envolvem aspectos financeiros no litígio e o objetivo geral e específico dessa pesquisa.

O quarto capítulo aborda os princípios metodológicos da pesquisa. O quinto capítulo resume os resultados e as discussões que foram obtidas após a realização da pesquisa. No sexto e último capítulo, a pesquisadora apresenta algumas considerações finais.

Introdução

Alguns estudiosos como Carter e McGoldrick (1995); Bowen (1989); Escardó (1955), entre outros, discutem sobre a história de produção e conhecimento da família e suas múltiplas formas existentes na contemporaneidade. Para a estrutura desta dissertação, escolheu-se a definição de família apresentada por Relvas (1996), em que a família é configurada como uma rede complexa de relações e emoções, nas quais os sentimentos e comportamentos sofrem alterações, ao longo do tempo, resultando em vários tipos de organizações familiares.

Nesse sentido de família que se movimenta, munida de laços e emoções, tem-se o litígio, que se constituiu no foco da presente dissertação. Para mais bem compreendê-lo, esta pesquisa tem como base os diversos trabalhos desenvolvidos por Peres (1997, 2001, 2011, 2012, 2013, 2014), que propiciam a elucidação dos processos e o modo que cada pessoa da família vivencia o litígio e nele se desenvolve.

A palavra materialidade, presente neste trabalho, é entendida da mesma forma que Ferreira (2004) a definiu quando aponta seu significado como sendo a tendência para valorizar apenas aquilo que é de ordem material e como a incapacidade para entender as coisas cuja compreensão exija sensibilidade. Para Ferreira (2004) o Litígio é visto como uma ação ou controvérsia judicial que tem início com a contestação da demanda, resultando no conflito de interesses.

O movimento do litígio, aos olhos de Peres (2014a), é entendido da seguinte maneira: “(...) Cada litígio constitui um cenário único, pois nenhum atende a uma lógica universal. As declarações contraditórias das famílias demonstram sua singularidade cultural e historicamente constituída (...)” (Peres, 2014a, p. 195).

Em relação ao divórcio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013) mostra que, a cada ano, ocorre um aumento considerável de divórcios, levando em consideração os processos de divórcio (direto, indireto e sem declaração) encerrados em primeira instância. No ano de 2009, eram 139.641 mil divórcios comparados ao ano de 2013 com 254.251 mil divórcios.

Segundo as historiadoras Fáveri e Tanaka (2010), o trajeto para a implementação do divórcio foi difícil. Ele passou por diversos obstáculos nas áreas da política, para a aprovação de leis, e da religião, com a igreja católica que se manteve em oposição aos projetos divorcistas, ampliando, assim, multiplicidades de problemas enfrentados pelas pessoas.

Foi a partir da aprovação da Emenda Constitucional n. 9, de 28 de junho de 1977, e da lei n. 6515, de 26 de dezembro de 1977, que o divórcio foi legalizado, no Brasil. Desse modo, ele inseriu-se nos processos históricos e sociais que promulgam inúmeras mudanças no Direito de Família, traduzindo uma nova realidade brasileira (Fáveri & Tanaka, 2010).

Diante de tais acontecimentos, questiona-se: quem seriam os sujeitos do divórcio e por quais representações sociais estes são perpassados? O que tem levado o judiciário a olhar de forma mais atenta para essas questões da família?

Com todo esse desdobramento no cenário familiar, fica evidente que, por diversas vezes, o divórcio não aparece como o ponto final do problema. Ao contrário, ele surge como o aquecimento para o litígio.

Segundo Peres (2013), o litígio aparece como expressão do vivido, ou seja, os sentidos subjetivos de vida, gerados por cada sujeito, se manifestam nesse momento de conflito. Por isso, talvez venha daí toda a dificuldade encontrada em se mediar o outro nessas condições ou em qualquer outra.

No litígio, podem ser observados alguns padrões clássicos de motivos esperados como causa, algo bem generalista, conforme apontado por vários estudiosos (Russell, 1977; Maldonado, 1986; Saraceno&Naldini, 2003). Dessa forma, nele surgem questões de gênero, dinheiro, religião, traição, vingança, poder, entre outras, que, através de uma nova ótica, mais aguçada, permitem que se perceba a subjetividade do ser humano, com questões que se desdobram para além de tudo o que se mostra *a priori*.

Vainer (1999) entende que o litígio é responsável por causar um turbilhão emocional e, em meio às tamanhas desavenças familiares, faz com que muitos sejam afetados. Independente da forma seja ela direta ou indireta, o impacto é sentido, inclusive, no entorno social e cultural e, nesse sistema, os litigantes buscam e encontram inúmeras saídas. Uma dessas saídas é continuar o vínculo com o ex-cônjuge por meio do litígio.

A partir dessas contribuições, é perceptível que o litígio familiar merece ser estudado mais amplamente para, então, ser compreendido e desmistificado das causas e motivos aparentes que o norteiam. Como exemplo, tem-se a questão financeira que aparece, por diversas vezes, como grande impasse para a resolução do litígio. Nesse sentido, pelas várias implicações que o litígio traz para o contexto familiar, a presente dissertação tem como objetivo geral compreender as produções subjetivas das famílias em relação à materialidade financeira do litígio.

Capítulo I – Contextualização Histórica

1.1 História Social da Família

“Compreendemos que, ao longo do desenvolvimento da família, o fundamental para a manutenção dos laços entre marido e mulher quanto entre pais e filhos é o contexto emocional entre eles” (Peres, 1997).

No decorrer da história humana, a família apresenta-se como um *lócus* de relação, tornando-se a base inicial do desenvolvimento humano. Esse processo pode propiciar a construção de laços capazes de manter os membros da família unidos por valores morais e materiais, durante várias gerações (Fontella&Majolo, 2011).

Escardó (1955) já dizia que o termo família por si só não é capaz de eleger uma instituição padrão, fixa ou imutável, perante os princípios morais e psicológicos que integram o ser humano. Dias (2001) aponta a família sob o olhar sistêmico, em que a considera como um todo. Ele afirma que o desequilíbrio desse sistema pode provocar instabilidade no indivíduo e vice-versa.

Segundo Reis (2009), existe certa peculiaridade quando a palavra família é proferida. A ortografia vem do latim *famulus*, que traz como significado as palavras escravos e servidores que vivem sob o mesmo teto, sendo pessoas de uma mesma casa.

Se o significado da palavra família for analisado em nível semântico, de acordo com Fontella & Majolo (2011), percebe-se que existe uma contradição com aquilo que é

idealizado pelo imaginário social atual. Tal idealização perpassa o amor, a compreensão e o conforto emocional e material.

Para Osório (1996), a família é configurada por três tipos de relações que são estabelecidas entre as pessoas que a compõem. Essas relações são: a aliança, aquela que é formada entre o casal; a filiação, que é estabelecida entre os pais e os filhos e; a consanguinidade, que é a relação existente entre os irmãos. O autor também defende que a família aparece como uma unidade grupal, munida de objetivos de proteção. Esses objetivos permeiam a sua descendência, a fim de fornecer, por meio destes, a aquisição da identidade pessoal de cada membro, transmitindo valores éticos, estéticos, religiosos e culturais.

As definições e os conceitos referentes à família são extensos. Alarcão (2006) afirma que dentro da família há vários subsistemas. Um deles é o subsistema Individual, composto por uma única pessoa, que tem seu papel na família pertencente e que desempenha outros papéis. Tais papéis, por sua vez, refletem no papel que essa pessoa exerce em sua família.

Há também o subsistema parental: cujas delimitações cercam as funções executivas, tendo a responsabilidade pelos mais novos. O subsistema conjugal, sendo composto por um casal. E, por fim, o Subsistema fraternal, que se resume aos irmãos.

Dessa forma, no que tange à família, analisar as características que a fazem tão particular em meio a tantas outras, restitui-se em algo desafiador. Isso porque é necessário ter em vista a dinâmica emergencial desse grupo, frente à singularidade de cada indivíduo que o integra.

A História da sociedade mostra como a família se constitui. Em Engels (1985), temos a referência para compreendê-la. O autor, ao exibir a trajetória de Lewis Henry Morgan, traz a apresentação e organização da evolução do ser humano enquanto

espécie, respeitando as particularidades culturais da época, de cada momento e da dinâmica organizativa atribuída para chegar-se à família.

Para explicar esse percurso, Engels (1985) teve como princípio norteador o materialismo histórico que Karl Marx apresentava. A metodologia marxista destaca o estudo da sociedade, da história e da economia, suscitando as causas responsáveis pelo desenvolvimento e pelas mudanças vivenciadas pela sociedade, na busca das necessidades de produções humanas coletivas.

Os jovens Marx e Engels eram socialistas que buscavam entender e superar as adversidades que a sociedade capitalista empunha ao livre desenvolvimento humano (Frederico, 2009). Nessa perspectiva, entende-se que ambos idealizavam promover mudanças na sociedade capitalista e, para isso, empenharam-se no estudo da sociedade capitalista e das leis que a regiam, chegando à conclusão de que a história das sociedades humanas acontece por meio da luta de classes. Ao observar essa vertente, percebe-se que as grandes possibilidades de existência do homem se tornam viáveis por meio de produções comerciais e pela reprodução da espécie humana (Engels, 1985).

O significado da palavra produção tem como base o primeiro estágio de processos econômicos que levam bens e serviços às pessoas (Ferreira, 2004). Quando essas produções se entrelaçam ao imediatismo vivenciado pelo homem, ocorre a anulação do desenvolvimento enquanto sujeito que, por sua vez, se aprofunda num *ritornelo*, chegando ao ponto fatídico de não identificar-se nesse processo, sendo este e a máquina um só, sobrevivendo apenas para a reprodução.

Os períodos de desenvolvimento do homem, que são descritos na pré-história, perpassam por alguns estágios que permitem a descoberta de sua sobrevivência física e a construção das suas relações emocionais, para que os indivíduos se configurassem enquanto família (Engels, 1985). Ao descrever os estágios de evolução humana, o autor

identifica os períodos: selvagem, barbárie e civilização, como sendo processos rumo à civilidade.

Desse modo, Engels (1985) pontua que, no estado selvagem, o homem descobre o fogo e sobrevive das caças que realiza e dos frutos que a terra proporciona. A barbárie surge com a possibilidade de domesticação dos animais para o consumo de carne e leite, atribuindo força aos indivíduos e uma diferenciação intelectual, dada à melhora na alimentação.

A partir desse novo momento, a criação de gado e a prática da agricultura ganham notoriedade, propiciando a evolução da espécie humana rumo à civilização, que se instala como o período em que o homem promove certa continuidade a toda evolução alcançada até aquele momento. Assim, ocorre ainda mais o aprimoramento de tais técnicas quando atingem um período voltado à arte e a industrialização (Engels,1985).

Durante esse processo de evolução, a família se apresenta com roupagens diferentes do modelo tradicional que se está acostumado a presenciar. A partir dessa trajetória, os indivíduos são constituídos pelos fatores culturais da época, propiciando o desenvolvimento desses sujeitos em questão, mostrando que à medida que a sociedade evolui, a família se movimenta e cria, a partir de então, novos modelos familiares (Engels,1985).

Esse movimento fica claro a partir da verificação dos modos organizativos de família que abarcaram a evolução da história e o desenvolvimento do homem. Engels (1985) destaca que o modelo familiar na pré-história era exercido por tribos que, posteriormente, se transformavam em sociedades que entravam em contradição com seus “reais” vínculos de família. Ainda conforme o autor, a família consanguínea torna-se representante da primeira noção de família existente, se tratando de identificações por parentesco; ou seja, os grupos conjugais classificam-se por gerações, os únicos a serem

excluídos da conjunção carnal eram os pais e filhos, mas o mesmo não acontecia entre os demais. Desse modo, tornava-se comum os irmãos e primos se relacionarem sexualmente.

Segundo Engels (1985) não existia o pudor ou ciúmes, as relações mantinham-se como um comércio sexual por parte dos integrantes dessas famílias, de modo que cada mulher pertencia a todos os homens (poliandria) da tribo, e cada homem a todas as mulheres (poligamia). Sendo assim, o sexo era feito em grupos, e os filhos que surgiam nessas relações eram considerados comuns a todos.

Engels (1985) refere-se a Bachofen (1861) ao expor que os seres humanos na pré-história viviam em promiscuidade sexual, excluindo a possibilidade da paternidade. Dessa forma, a única certeza era sobre a maternidade, os filhos eram da mãe e, como consequência, a mulher ganhava um enorme respeito e domínio absoluto, caracterizando a era da ginecocracia.

Na evolução desse contexto, tem-se a família Punaluana, que tem como significado, “*punalua*”, companheiro íntimo, em que, no ápice desse estágio, as relações carnavais entre os irmãos começam a ser excluídas e o parentesco entre sobrinhos e primos começa a existir de modo mais presente e significativo (Engels, 1985). A partir desse período, o grupo transforma-se em gens (clãs), que buscam aprimorar-se em um limiar fechado. Com as gens instituídas, restringem-se as práticas sexuais, começam a haver mais seleções entre os que poderiam se relacionar (Engels, 1985).

Nesse período, observa-se com frequência a prática do rapto de mulheres por homens que visavam possuí-las. Esse possuir poderia ser exercido por um ou mais homens, mas isso não a tornava propriedade eterna do homem, se ela conseguisse fugir e outro homem a aceitasse, o primeiro que a raptou perderia o direito de “esposo” sobre essa mulher (Engels, 1985).

Engels (1985) retrata a primeira forma de casamento a um estado social de errantes, transmitindo a ideia de primitividade nos âmbitos sexual e moral. A segunda forma de família, a Punaluana, reflete o estabelecimento fixo de comunidades comunistas que conduz a um grau imediatamente superior de desenvolvimento para a época.

Seguindo esse processo, a família Sindiásmica, em seu ápice de evolução, possibilita aos poucos a exclusão de casamentos por grupos. Observa-se o matrimônio sendo exercido por pares, com uma duração razoável, em que o homem tinha uma mulher principal, entre as várias mulheres do grupo, e o mesmo acontecia com as mulheres, que tinham aquele como esposo principal, entre todos os outros homens (Engels, 1985).

Após esse período, surge a Monogamia. Com a entrada do matrimônio, a estabilidade conjugal na relação matrimonial é instaurada, permitindo a consolidação inicial do estado da civilização, mas essa recíproca de fidelidade mútua, que é exigida nessa união, se torna utópica. Essa foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas, sim, econômicas. A grande diferença da família monogâmica para a sindiásmica é dada pela solidez do matrimônio, sendo que este só poderia ser rompido nos casos em que o homem repudiasse sua mulher (Engels, 1985).

Caminhando por esse processo evolutivo familiar, Engels (1985) afirma que a monogamia surge a fim de aprimorar um percurso proclamador de conflitos entre os sexos, dando vazão a uma esmagadora imposição de gênero. Isso porque nela a mulher era vista como objeto de escravização do sexo oposto, já que não usufruía dos mesmos direitos.

Na visão de Russell (1977), a monogamia poderia sofrer algumas alterações, dependendo do país. O autor cita exemplos de países como a França, onde o noivo era

comprado, e em outras regiões o casamento poderia ser decidido pelos pais ou pelos nubentes. Entretanto, o aspecto econômico torna-se o fator preponderante nas instituições matrimoniais, afinal de contas, com a força da representação do financeiro, a dúvida sobre a paternidade não poderia existir.

A partir dessa asserção, a instituição da família monogâmica alcança a era patriarcal, com um patamar financista considerável. Nesse sentido, para as mulheres, lhes restava o papel de serem esposas fiéis e mães dedicadas (Engels, 1985).

O exemplo de mulher a ser seguido permeava o imaginário religioso, a associação da imagem de Maria tida como referencial de mulher, pureza e abnegação, em que o sexo só poderia ser feito com fins de procriação (Rago,1995). Em contrapartida, também existiam as mulheres que não se encaixavam no perfil para assumirem um lar e enfrentarem o papel de esposas. Para isso, a imagem de Eva cria uma alusão, que se remete à ideia do pecado e da perdição do homem, papel atribuído as mulheres prostitutas (Rago,1995).

Dessa forma, com esse novo momento, a liberdade do amor genuíno torna-se ameaçada. A produção capitalista derrubava essa possibilidade entre os casais, já que as considerações econômicas eram preponderantes na escolha dos cônjuges. Engels (1985) acredita que a possibilidade disso existir só ocorreria quando as condições de propriedades financeiras fossem derrubadas.

Ao analisar as famílias burguesas é fácil perceber o lugar que o capital ocupa nessas relações, ditando o sistema de “equilíbrio” entre a vida dentro e fora de casa (Reis, 2009). A comunicação era praticamente extinguida, talvez como forma de concentração de poder, para não correr o risco de ser visto como uma figura vulnerável.

Com o poder financista, a classe do patriarca se instala tornando-se respeitado por suas posses. Esse respeito, adquirido pelo vínculo materialista, abre ramificações

que refletem na sociedade, transportando-se para dentro do contexto familiar (Reis, 2009).

Como parte do processo, o econômico estende-se às relações com os filhos. Nesse decurso, a figura materna mantém seu espaço, mesmo que forçado, já que a opinião desta não faria diferença; mas esse processo de exercício da paternidade, não se estende devidamente ao pai como deveria. Ou seja, pelas atribuições do momento, o Estado assume esse papel, a fim da obtenção de controle maior (Russell, 1977).

Com o Estado obtendo maior controle e com a alta valoração do sistema econômico, as relações interpessoais sofrem mudanças. A violência extrema é consequência disso. E, no contexto familiar patriarcal, o ciúme ganha forças, o medo da falsificação da descendência entrelaça-se ao financista e à moral (Russell, 1977).

Russell (1977) também pontua que os pensamentos do marido pertenciam somente a ele. Tal fato acontecia por existir o medo de que a mulher exercitasse seu raciocínio. O autor retrata que a mulher pensante está implicada em traição e, a partir dessa premissa, a mulher se submete à coisificação do ser, passando a imagem de algo desinteressante. Dessa forma, ela transfere a responsabilidade de sua existência ao pai e, depois, ao marido.

Nessa trajetória, existem figuras que perpassam a família com forte impacto. Os higienistas¹ se configuram como tal e atribuem ao Estado grande controle sobre a família. Para tanto, utilizamos médicos como figuras de amplo saber, capazes de determinar padrões de vida familiar, indo além da saúde e, a partir desse movimento,

¹“A origem dos temas referentes ao movimento higienista teve início, no Brasil, no fim do século XIX e início do XX, visto que este tinha como objetivo uma modificação no comportamento da população brasileira. Os médicos higienistas tinham a responsabilidade de cuidar da saúde e da higiene do indivíduo e do país de certa forma, pois acreditavam que grande parte dos problemas da nação estava relacionada a questões sanitárias” (Fernandes & Oliveira, 2012).

inicia-se todo um leque de intenções que transpõe a família para um domínio público e econômico (Russell, 1977).

Ao expor esse olhar mais profundo, Russell (1977) mostra que o interesse em manter a família como um lugar intocável, remete-se ao poder que o pai adquire pela sua força superior e pela religião, proferindo que os deuses estavam ao lado do governo. Dessa forma, os higienistas usufruem dessa ligação com o Estado para se manterem amparados.

Sendo assim, o papel dos médicos higienistas ultrapassa o âmbito da saúde, chegando à proporção de funções decisivas na produção de modelos de relacionamento de existência (Russell, 1977). Nesse sentido, as prescrições higienistas ditam uma nova forma de normas familiares e sociais que, inicialmente, regem as famílias burguesas, mas posteriormente alcançariam as famílias do proletariado, não com o mesmo impacto, porém refletindo um ideal de família a ser alcançado (Reis, 2009).

Esse discurso da família como unidade primordial, ganha forças devido à conexão de controle exercida com os registros médico e social, entrelaçando o tratamento do corpo e a produção de riquezas (Donzelot, 1980). Foucault (1979) deixa esse pensamento claro quando apresenta o desenvolvimento da relação entre o homem e o Estado, a medicina social e o capitalismo:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a

sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (Foucault, 1979 p.80).

Embasado no pensamento de Foucault (1979), existe uma relação que envolve o homem em seu contexto individual, familiar, no Estado e o capitalismo, capaz de revestir todos esses contextos em controle corporal. Dessa forma, se exerce um papel braçal que possibilite o aumento das produções, se apoiando com a saúde proposta pelo Estado, atingindo menos ideologia e mais força bruta.

Nessa perspectiva, aprimorando a visão do Estado que propõe a relação de interesses financistas, o controle familiar é perpassado pela obediência e pela hierarquia, mantidas no casamento, ressaltando a imposição de gênero na relação entre o homem e a mulher. Tal relação, nesse momento, é permeada por um bem maior, o bem estar e a educação dos filhos, a edificação da maternidade e a centralização da família contra perigos exteriores, tornando-se uma unidade fechada (Reis, 2009).

Ariès (1981) atribui esse novo olhar relacional para a família, a partir da medida que as relações com as crianças tornam-se edificadas, intensificando os cuidados com a saúde, educando-as na escola, fortalecendo as relações entre os filhos e os pais. O autor também afirma que as crianças passam a receber uma nova configuração sobre sua importância, pois a família caminha para um novo momento, em que a criança transforma-se na parte fundamental da constituição familiar. Nessa perspectiva, o casamento é atravessado por novas configurações que viabilizam um novo olhar para a família, amplificando as questões financeiras e acomodando a existência de novos modelos de famílias.

1.2 Os diferentes desenhos de família: Implicações financeiras

“Novas configurações familiares têm permitido novas concepções de família e da organização da vida dos seus membros, sendo valorizada por alguns nos seus hábitos tradicionais e por outros no seu progresso moderno” (Dias, 2011).

Diante da análise historiográfica familiar, percebem-se algumas modificações no plano estrutural e configuracional das famílias no decorrer dos tempos (Carter & McGoldrick, 1995; Relvas, 1996; Alarcão, 2006). A seguir, apresentam-se alguns desenhos de famílias que circundam todo esse contexto histórico, mantendo um olhar atento sobre o aspecto financeiro e o lugar que este ocupa no âmbito familiar.

No olhar de Saraceno e Naldini (2003), a família é retratada como um implicado complexo de relações. Pela diversidade de modos de comparação e definição da família, as autoras apontam pelo menos duas causas para essa objeção existir. A primeira implicação está relacionada às questões culturais, já que estas implicam diferenças e valores significativos para o núcleo familiar. A segunda implicação é atribuída aos níveis do discurso existentes em cada núcleo; por exemplo, os precedentes de definição a famílias católicas, protestantes, ou qualquer outra que abarque os costumes tradicionalmente diferentes entre elas, mas que se tornam base para aquela configuração familiar.

Dessa forma, segundo as autoras citadas acima, percebe-se a família como um lugar de construção social da realidade, mostrando que a partir dessas relações

familiares, definidas e regulamentadas, consegue-se dar significado às experiências individuais, como o nascer e o morrer, o crescer e o envelhecer.

A partir de um olhar investigativo, Peres (2001) chama à atenção para a importância da complexidade existente no desenvolvimento das novas estruturas e relações familiares, mostrando que os desenhos de família surgem a partir da possibilidade do movimento familiar. Isso demonstra a complexidade e os paradigmas que desafiam a família no decorrer dos tempos. Nesse sentido, a autora ressalta:

O complexo contexto familiar para ser compreendido na sua singularidade, necessita ser estudado em seu processo de desenvolvimento, o que envolve as relações entre seus membros. As diferenças entre as famílias, entretanto, não são apenas quanto ao caráter relacional, mas também quanto à estrutura, por que elas têm se transformado ao longo do tempo, apresentando-se hoje, em uma multiplicidade de formas. São essas formas ou composições estruturais de família que precisam ser observadas, em primeiro lugar, quando o objetivo é compreender o desenvolvimento dos elos entre seus membros (Peres, 2001, p.73).

Com todo esse desenvolvimento das configurações familiares, é visível que, nas correntes mais atuais – contemporâneas –, a tradicionalidade do desenho de família nuclear acaba se distanciando, mas não perde o seu lugar de importância. À vista disso, se abre trajeto para novos desenhos de família, com novos desenhos independentes dos laços genéticos. Nesse processo de construção familiar, as crianças continuam ocupando seu lugar de importância (Dias, 2011).

Nessa vertente, legitimam-se os significados pertencentes a cada relação pessoal, ao amor, à satisfação e ao respeito em escolher com quem e como quer ter a sua família, fato que gera bem estar e se torna uma prática cada vez mais frequente. Nesse sentido, a

estética familiar sofre mudanças e aquilo que é tido como certo e tradicional, no que tange à configuração estrutural de pessoas dentro da esfera familiar, passa a ser insustentável a partir dessa contemplação.

Devem ser promovidas a diversidade e a pluralidade; não deve haver padrões públicos; o Estado deve afastar-se de regulamentos, deve tratar de forma igual às diferentes formas de socialização, a pluralidade ao enquadramento das crianças. O Estado não deve colocar seus poderes ou normas que privilegiem a família tradicional (Dias, 2011, p. 140).

Peres (2001), ao citar Petzold (1996), reafirma que a família torna-se objeto de árdua definição a partir da Revolução Industrial. A autora explica que isso ocorreu devido às mudanças vivenciadas, no contexto social, pelas famílias tradicionais, o que mostra a existência de um lugar para objetivar novas configurações familiares.

O novo suscita estranheza, independente se a novidade é no patamar epistemológico, configuracional ou tecnológico, o desenvolvimento é complexo e constante, e as mudanças não cessam. Drucker (2000), um importante economista norte americano, desenvolve um pensamento comparativo, entre duas revoluções importantes para o sistema familiar, a revolução industrial e a revolução da informação a partir da era (digital), afirmando que a Revolução da informação encontra-se no mesmo ponto alto que a Revolução industrial.

Essa realidade modifica profundamente a economia, intervindo no mercado de trabalho, no comportamento dos consumidores, na relação interpessoal da família. Talvez, a pergunta que nos façamos é saber como a família se organiza emocionalmente frente a essas mudanças no cenário: família –econômico – social, a partir das revoluções, ou qualquer outra possibilidade que se conjecture como divisor de águas no

transcorrer dos tempos. Com a economia atingindo o mundo de múltiplas formas, de que modo a família poderia permanecer intacta em seu modelo nuclear?

Drucker (2000) confirma a existência desse impacto, e reconhece que a família sofre mudanças, mediante tamanha força dos processos de industrialização e comércio. Diante da mudança de grande proporção, a família pode se perceber ou não reconfigurando seus costumes, já que a tradicionalidade existente encontra dificuldade para suportar essa enorme modificação.

Para Saraceno e Naldini (2003) a família não deve ser considerada como um simples terminal passivo da mudança social. Ao contrário, as autoras entendem que a família deve ser enxergada como um agente contribuinte do social definindo formas e sentidos, da própria mudança social, ainda que com diferentes graus de liberdade.

Nessa perspectiva de complexidade, Carter e McGoldrick (1995) descrevem a dificuldade em enxergar a família como um todo, tendo em vista as mudanças e as propriedades que se diferem das demais organizações. As famílias são capazes de incorporar um novo membro apenas pelo nascimento, adoção ou casamento, e os membros podem ir embora somente pela morte, não há outros sistemas que comportem tamanha limitação.

Carter e McGoldrick (1995) citam o cuidado que é necessário adquirir, quando se fala a respeito do ciclo da vida. Eles destacam autores como Rodgers (1960), Hill (1970), Duvall (1977), Combrinck-Graham (1985), entre outros, que desenvolvem os estágios do ciclo de vida e os aspectos geracionais que o englobam.

O cuidado exposto por Carter & McGoldrick (1995) penetra às concepções de normalidades esperadas no que tange à família. As autoras distinguem que, por diversas vezes, tais expectativas de normalidade comprometem a visão de complexidade da vida humana, pois pode gerar um efeito prejudicial ao indivíduo que vivencia essa situação,

promovendo medo e desconforto ao enquadrar-se dentro de desvios patologizantes sugeridos aos que não correspondem à “normalidade”.

A partir de estudos voltados para a família e para a subjetividade, Peres (2013) desenvolve um amplo processo de pesquisas com famílias. Tais pesquisas têm o objetivo de promover reflexões para propiciar construções críticas acerca da temática, que evidenciem as tramas vivenciadas pelas pessoas no litígio e o processo percorrido por cada uma delas, favorecendo o conhecimento de diversos desenhos familiares.

Os modelos básicos de famílias, propostos por Rigonatti (2003) resumem-se em três configurações familiares: Patriarcal, Nuclear e a atual. A família, nesse olhar, resume-se numa instituição social fundamental.

Lohr e Washer (1992) contribuem para a apresentação do modelo de família patriarcal, descrevendo-a como resultante das influências imediatas sofridas pelos nossos colonizadores (os portugueses). Dessa forma, a partir da transmissão e da influência conservadora, ditaram-se os ideais a serem seguidos e que eram considerados aceitáveis para a família.

No modelo patriarcal, a família enquanto configuração era constituída por vários membros dentro da mesma casa. Os avôs e avós eram tidos como senhores dos lares, os filhos, por sua vez, remetiam-se à subordinação para se casarem com o cônjuge que seus pais escolhessem (Reis, 2009).

Essa prática era frequente, e tinha como intuito a união entre as famílias que fossem financeiramente interessantes, colaborando, assim, para o aumento dos bens materiais entre essas famílias. Dessa forma, a imposição dos casamentos, obedecia a um poder hierárquico que objetiva o poder econômico e a imposição de gênero (Reis, 2009).

Se no modelo patriarcal a família estendia-se aos avôs como sendo senhores da família, abrigando todos debaixo do mesmo teto, no modelo de família nuclear ocorrem transformações consideráveis de configuração (Lohr&Washer, 1992). O modelo de família nuclear surge quase concomitantemente à ascensão da burguesia industrial. Um de seus conceitos apresentados envolve o aprimoramento de valores que dispõem de leis igualitárias de direitos entre o homem e a mulher (Lohr&Washer, 1992).

Dessa forma, a estrutura restringe-se aos membros: marido, esposa e filhos, sendo respaldados pelo casamento que representa uma união com estabilidade tanto social quanto econômica. Este modelo compete a uma trajetória tradicional da família nuclear, na qual os papéis continuam sendo bem distribuídos, a esposa trabalha em casa, sem nenhum tipo de remuneração, enquanto que o marido trabalha fora de casa, na busca por um salário que promova o sustento, da esposa e dos filhos (Brym, 2006).

As diferenças entre os modelos de famílias, patriarcal e nuclear, estão demarcadas também no controle do monopólio que retrata o poder. Isso quer dizer que, com a chegada do processo de individualização vigente para a época, os salários dos trabalhadores que, aliados à expansão da escolaridade, permitem a iniciação de transformações econômicas consideráveis, começam a declinar o sistema patriarcal, passando para o foco principal o indivíduo e não mais a família. Desse modo, o poder começa a sair das mãos do ditador que se esculpia no papel de chefe de família (Jelin, 1998).

Articulada à sua experiência clínica com famílias, Peres (2001) integra seus conhecimentos à epistemologia qualitativa de González Rey, criada para se estudar a subjetividade. Nesse sentido, a autora contempla:

A construção de uma teoria sobre a estrutura psicológica da família é proposta por Pôster (1979). Para isso, acreditamos ser necessário fazer a descrição dos

tipos de família das diversas regiões e contextos sociais. São os desenhos específicos das famílias, com suas estruturas e padrões de movimento no ciclo da vida, que podem servir de base para a explicação das diferenças encontradas entre elas, para a produção de um conhecimento das subjetividades constituídas no âmbito das experiências cotidianas de cada uma delas. Pensando nas discussões de Rey (1997, 1999) sobre a questão da subjetividade, acreditamos que é ela que permite compreender o complexo contexto familiar nas suas diferentes formas de manifestação e conteúdo (Peres, 2001, p. 74).

Na atualidade, o que mais se descreve são os novos desenhos e configurações familiares. Saraceno e Naldini (2003) descrevem algumas variedades de desenhos de famílias desenvolvidas, no decorrer dos tempos, e retratam por meio de pesquisas a dinâmica configuracional do funcionamento que a família vivencia com as transformações econômicas.

Diante disso, Saraceno e Naldini (2003) indicam que para as famílias o desejo de autonomia sofre transformações mediante as necessidades da vida cotidiana. Como exemplo, os autores citam as instâncias exigentes do mercado de trabalho e o sistema de profissões entrelaçados com a administração familiar, gerando mudanças em suas configurações.

Carter e McGoldrick (1995) referem-se à Durvall (1977) como responsável pelo modelo de três pessoas ou modelo de família que se apropriada educação dos filhos como sua base organizativa, sendo esse um dos principais motivos da existência nuclear. Dessa forma, as autoras citam Durvall (1977), que separa o ciclo de vida em alguns estágios que perpassam o casamento, o nascimento, a educação dos filhos, a saída dos filhos do lar, a aposentadoria e a morte. Todo o processo refere-se aos

eventos nodais, capazes de criar instabilidade em seu funcionamento sistêmico no que tange às idas e vindas dos membros familiares.

Bowen (1978) salienta que para a investigação dos padrões familiares, torna-se imprescindível observar o ciclo de vida em várias gerações, a fim de suscitar os eventos nodais e os pontos de transição no desenvolvimento familiar, para então compreender a disfunção familiar. Dentro desse aspecto de triangulação emocional, o autor aponta que são incluídas várias questões as quais atravessam o indivíduo e colaboram para suas ações e manejo no contexto familiar. As atitudes expressas, os mitos, os enquadramentos, as rotulações e as expectativas que cercam o crescimento e desenvolvimento de cada ser humano em questão corroboram para as configurações familiares existentes.

A partir dessa premissa, as autoras (Carter & McGoldrick, 1995) expressam a impossibilidade de ignorar o contexto social, econômico e político e o impacto destes sobre a família. Pois, segundo elas, apesar das dificuldades que podem ser encontradas, as famílias movimentam-se pelas diferentes fases do ciclo de vida.

Para Peres (2001), o desenho de famílias tem como ponto de partida as possibilidades existentes no ciclo de vida, que exige um novo olhar para as relações entre pais e filhos, a fim de compreender, o que de fato os mantém unidos, proporcionando visibilidade à relação, pois é esta que permite vida e importância aos estudos da família em geral. Ainda segundo a autora, reconhece-se que a família, enquanto estrutura, mantém vários padrões e estilos, e isso se configura a partir da maneira que essa família se organiza mediante as mudanças vivenciadas no decorrer da vida.

Os diferentes tipos de família são dinâmicos e constituídos por pessoas, as quais exibem seus laços de consanguinidade, afetividade ou que compartilham dos mesmos

interesses. Assim, elas convivem por um período de tempo e constroem uma história de vida de caráter único, intransferível (Giddens, 1999; Alarcão & Relvas, 2002; Amaro, 2006).

Além dos desenhos já citados acima, existem outras famílias e uniões que estão inseridas nesse rol de configurações. As uniões de fato, representam uma realidade semelhante ao casamento, mas sem a existência de contratos (Dias, 2011).

As uniões livres, não se diferem muito das uniões de fato, pois elas não se submetem à formação de família por contrato. As famílias recompostas são constituídas por laços conjugais após divórcios ou separações, há existência de filhos de casamentos ou qualquer outro tipo de ligação que configurem em meios-irmãos (Dias, 2011).

As famílias homoafetivas são constituídas por duas pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos (Dias, 2011). As monoparentais são constituídas só pela mãe ou pai e os filhos, nessa configuração, as pessoas são vindas de divórcios, viuvez ou por opção dos genitores, por adoção ou técnicas de reprodução. Fato interessante é que o aumento dos divórcios fez com que esse desenho de família sofresse grande alta, com o dado interessante de que o genitor, aquele que fica com as crianças, na grande maioria das vezes, é delegado à mãe (Dias, 2011).

A mulher, no âmbito familiar e até mesmo existencial, vem travando uma grande batalha contra um sistema opressor. Apesar de todas as conquistas, ainda há muito que ser feito, a julgar pela desigualdade salarial que ainda se faz presente, questionando a capacidade intelectual e emocional por puro preconceito de sexo/ gênero. O caminho é estreito e exige determinação para ser conquistado.

1.3 A trajetória das mulheres frente à família e ao casamento

Culturalmente, pensar no papel social da mulher implica em pensar em casamento, na construção do lar, no cuidar dos filhos e é sob esse olhar que a contemporaneidade é atravessada pela amplitude do novo e o conforto do tradicional. Em relação ao papel da mulher, McGoldrick (1995) afirma que:

As mulheres sempre desempenharam um papel central nas famílias, mas a ideia de que elas têm um ciclo de vida à parte de seus papéis como esposa e mãe é uma ideia relativamente recente, e ainda não amplamente aceita em nossa cultura. A expectativa em relação às mulheres tem sido a de que elas cuidariam das necessidades dos outros: Primeiro dos homens, depois das crianças e depois dos idosos. Até muito recente, o “desenvolvimento humano” referia-se ao desenvolvimento masculino, e o desenvolvimento das mulheres era definido pelos homens de suas vidas. Elas passavam de filhas, a esposas, a mães, com seus status definidos pelo homem no relacionamento, e seu papel por sua posição no ciclo de vida familiar. Raramente era aceito que elas tinham direito a uma vida própria (McGoldrick, 1995, p. 29).

O aludir da autora traz à tona a verdadeira proeminência do poder do homem no cotidiano feminino. Isso se faz refletir nas surpreendentes e árduas trajetórias das mulheres, que estão na busca em alcançar o seu direito de existência.

A partir dessa interface, a mulher na visão de Arruda (1996) é ligada ao casamento sob o papel de companheira do marido, cabendo-lhe a missão de zelar pela direção material e moral da família, sucumbindo-lhe a primeira formação de caráter e educação dos filhos. Assim, para que tal expectativa alcance a realidade dos fatos, a presença da mulher no lar é imprescindível.

Desse modo, ao que tudo aponta, os grandes desafios encontrados pelas mulheres, na tentativa de serem vistas e reconhecidas como capacitadas, permanecem transportados no decorrer de décadas. Isso ocorre porque consolidaram um sistema social arcaico, que se estabeleceu assim, por muitos anos, apesar de já ter passado por grandes mudanças.

Toda trajetória histórica, até a contemporaneidade, ressalta fortes fragmentos que correspondem a uma série de situações categorizantes, responsáveis por exercerem fortes influências sobre a vida de qualquer ser humano, podendo banir ou incluir, qualquer indivíduo que atravesse esse processo social. A mulher, a partir desse prisma, mostra-se desbravando algumas atribuições que carregam grandes expectativas.

Desse modo, como no exemplo citado por Carter e McGoldrick (2005), têm-se os papéis de mãe e esposa que, nesse ensejo, veem-se atravessados por grandes conotações sociais e culturais. Essas conotações são marcadas por certa exatidão hierárquica, cujo objetivo alcança a incapacidade em respeitar os desejos ou qualquer outro fato que propicie viabilidade em suas decisões.

Por um longo período, as perspectivas, que norteavam grande parte das mulheres, se resumiam em esperar a ordem natural das coisas, ou seja, elas concentravam-se na possibilidade do casamento e de formação de uma família. Dessa forma, essa era avia de acesso possível para a garantia de um papel predestinado e aceito socialmente (Russell, 1977).

Sendo assim, a família passa a ser vista como uma matriz capaz de alcançar todas as esferas, sendo elas sociais e/ou políticas. É nesse contexto que a mulher encontra-se em constante desafio, já que a partir do movimento das relações entre o trabalho e o poder, nota-se de modo astronômico, o favoritismo irracional destinado aos direitos universais do homem (Lohr&Washer, 1992).

Entre todos os direitos exercidos pelo homem, talvez o que mais salte aos olhos é a tendência à poligamia que, por vários anos, interpretava-se com naturalidade e que, associada a fatores culturais, recebe um forte aparato de justificativas lógicas, capazes de serem vistas como direito inquestionável. Fato este que, na atualidade, ainda é capaz de ser encontrado (Lohr&Washer, 1992).

A partir do olhar das autoras Lohr&Washer (1992), a tradicionalidade da era patriarcal era responsável por sustentar inflexibilidade à figura feminina. A problemática surge sob essa situação, em que as relações de trabalho e poder jamais poderiam ser designadas a uma mulher, mediante sua suposta incapacidade de trabalhar (Lohr&Washer, 1992). Diante desse caminho, os julgamentos prontos e acabados se tornam uma constante, execrados pela intolerância relacionada à aceitação do gênero feminino como incapacitante.

Com esse paradigma de inflexibilidade, torna-se cada vez mais obscuro enxergar a figura do feminino para além das paredes do lar. Essa inflexibilidade impossibilita, por diversas vezes, vê-la como pessoa responsável e capacitada para desenvolver trabalhos que têm a cognição como ferramenta principal.

A visão de poder absoluto, que rege o masculino como fonte necessária de comando e rigidez, sustenta os pontos fortes atribuídos à economia dentro e fora de casa, de modo que não se consegue atribuir espaços ou possibilidade de desenvolvimento para as mulheres durante vários anos (Reis, 2009). Mediante esse aspecto, somado ao que já apresentamos anteriormente, em várias ocasiões, à mulher é atribuída a imagem de que deve corresponder ao papel que as expectativas sociais lhe designam, transmitindo a sensação de submissão a idealizações criadas a partir de concepções ligadas ao gênero, mas não ao que de fato parece completá-la (Russell, 1977; Samara, 1989; Carter &McGoldrick, 1995; Saraceno&Naldini, 2003).

Após esse longo processo de submissão inerente, inicia-se um movimento democrático na busca da emancipação da mulher. Segundo (Russell, 1977) foi a partir da Revolução Francesa (1789-1799) que se iniciaram as mudanças devido à alteração das leis de herança que passavam a favoreceras filhas. Assim, todas as questões voltadas para o direito à igualdade entre os gêneros ganham força quando o movimento feminista vence a promulgação da lei sobre a Propriedade das Mulheres Casadas (1882), que via à mulher como propriedade do marido, estando sob seu controle total (Russell, 1977).

A oportunidade em desempenhar outras funções, além das domésticas, surge com a chegada da 2ª guerra mundial (1939-1945), período em que os trabalhos realizados pelos homens passavam a ser assumidos por mulheres que exerciam as funções com total responsabilidade. Este fato torna-se preponderante para a emancipação do direito ao voto feminino (Russell, 1977).

A dura jornada em busca dos direitos das mulheres não se baseava em ser superior aos homens, apesar de que essa premissa ainda encontra-se em voga até a atualidade. A proposta está para além de questões que massageiam o ego masculino, sensibiliza-se para questões que se estendem aos direitos do ser humano. Nesse sentido, a autonomia e a democracia constituem esse processo (Russell, 1977).

Em contrapartida a esse processo de luta por igualdade de gênero, é possível encontrar, na literatura, alguns autores que se referem a esse período de luta, vivenciado pelas mulheres, com um olhar mais otimista. Tais autores enfatizam que há certo exagero, por parte dos romancistas e estudiosos da área, ao confirmarem o padrão estereotipado do marido dominador e da mulher submissa (Samara, 1989).

Segundo os autores citados nesse capítulo (Russell, 1977; Samara, 1989; McGoldrick, 1995), a trajetória enfrentada pelo gênero feminino é intensa, apesar da contemporaneidade e de todos os avanços e da modernidade alcançada em diversos

setores. Ainda se percebe uma dificuldade de compreensão e respeito relacionado à conquista dessa transição promovida pelas mulheres. Nesse intuito, as formas de se romperem as barreiras evidenciadas pelo gênero passam, de certa forma, a atingir a família que carrega como princípio ser a célula básica da sociedade.

O adultério aparece como prática normal e aceitável para os homens e como uma forma de rebelação quando ele era praticado por mulheres. Por diversas vezes, tal prática resultava em filhos ilegítimos, que nasciam desses atos de traição, e esses, por sua vez, eram ocultados por organizações apropriadas, que objetivavam o princípio da “proteção familiar”, cuja função era blindar a família de qualquer movimento deteriorante, pois as aparências de normalidade precisavam ser sustentadas (Lohr&Washer, 1992).

Mediante tudo isso, o lar deveria manter as aparências de um ambiente harmonioso e, para que isso acontecesse, as mulheres eram impedidas de manifestar seus anseios. Como estratégia para moldar a construção do papel feminino, a educação entra em cena, com a intenção de moldar os papéis a serem seguidos pelas famílias, em especial pelas mulheres. Tais ensinamentos eram transmitidos pelas freiras francesas², que permitiam a aplicação e o aprimoramento de tais ensinamentos nos respectivos lares (Lohr&Washer, 1992).

Apesar da educação proposta pelas freiras francesas consistir em transmitir “condutas aceitáveis” para as mulheres em seus lares, percebe-se que, naquele momento, houve uma expansão dos níveis de educação e cultura, que permitiram a amplificação dos horizontes femininos. Essa expansão possibilitou a movimentação

² Nessa época o estrangeiro era visto como uma pessoa superior ao que tangia os assuntos de comportamento e educação, tendo o padrão europeu como ideal a ser seguido, principalmente os franceses, alcançando um forte domínio para o feminino, já que através da educação religiosa das freiras francesas (Colégio Sion e SacreCoeur) o comportamento da mulher brasileira passaria por mudanças que contribuiriam para a vida familiar, ditando bons modos e costumes a serem seguidos (Lohr & Washer, 1992).

desse lugar passivo, de dependência extrema do marido, para um lugar diferente do que vinha sendo construído (Lohr&Washer, 1992).

A educação familiar instituída para as mulheres perpassa as famílias de modo intenso. Nesse caso em específico, os ensinamentos passam a ser transmitidos apenas para as famílias economicamente atraentes, ou seja, ocorre uma mutilação educacional com as mulheres e famílias economicamente instáveis, diante da burguesia aprimorada (Lohr&Washer, 1992).

As mulheres que não se encaixassem nessa posição de dispor de recursos econômicos que possibilitassem seu desenvolvimento pessoal e familiar, dentro do esperado para a época, prestavam-se aos trabalhos braçais, que inviabilizam suas oportunidades educacionais. Dessa forma, elas também viam impossibilitadas suas chances de alcançar a mesma plenitude cultural que inquietavam as demais mulheres daquela época, mediante a objeção revestida por uma alienação do gênero masculino, que começa a vivenciar um novo período. As mulheres começam a levantar questionamentos frente às problemáticas vinculadas aos seus reais papéis no seio familiar (Freyre, 1963)³.

Diante dessa análise, torna-se fácil compreender os fantasmas que assolavam os maridos na era patriarcal. Russell (1977) retrata que os pensamentos dos maridos pertencem a ele e a mais ninguém, excluindo sua companheira de tal partilha conjugal. Perante esse fato, questiona-se: qual seria realmente o papel da mulher constituinte

³Através da pesquisa de Gilberto Freyre (1951, 1973) sobre a história da sociedade brasileira no período da colonização, a família, independente de morar no campo ou na cidade, se formou a partir do regime patriarcal com a influência da miscigenação de três culturas: indígena, europeia e africana (Alves, 2009). Nesse sentido, a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que se configuram como os representantes principais. O papel do patriarca era cuidar de tudo o que envolvia dinheiro e poder, os negócios da família, sempre defendendo a sua honra e exibindo autoridade com todos que estivesse a sua volta.

nessa família patriarcal? Para manter-se inserida no que é de fato aceito pelo social que, ainda insiste em ser visto como algo separado de nossa constituição subjetiva.

Esse paradigma de vendar os olhos para aquilo que de fato acontece ao seu redor começa a ser quebrado, através da educação. E foi a partir dessa conjectura que o modelo patriarcal vai ficando no passado, abrindo novas perspectivas para um modelo familiar capaz de suportar tais inovações.

Assim, Samara (1989) cita que, na ausência do marido ou em caso de viuvez, algumas mulheres cuidavam do patrimônio da família, tomando a frente de negócios e propriedades. Nesse processo, elas ganhavam notoriedade, mesmo que de forma coadjuvante, já que esta liberdade ainda restringia-se à concordância de algum homem da família.

Essa situação é perpassada por princípios que circundam a moral que, nesse ponto de vista, limita-se a reduzir a capacidade da mulher em exercer certas tarefas, baseadas nas concepções dos estereótipos de gênero, que ainda perturbam o imaginário social contemporâneo de uma forma desconcertante. Henchoz (2008) propõe-se a apresentar, por meio de pesquisas, a forma e a intensidade que as normas sociais enfatizam a igualdade entre os sexos. As pesquisas ressaltam, a partir dos fatos observados, que a grande maioria dos casais e famílias resistem aos discursos democráticos sobre igualdade, fato que se estende com a chegada das crianças.

Com a chegada da contemporaneidade, inicia-se o processo de ruptura de paradigmas, tornando-se, cada vez mais, frequente, a mulher buscar o sucesso profissional antes do matrimônio. Nesse endosso, a maternidade configura-se cada vez mais tarde (Feres-Carneiro, 1998).

Apesar das conquistas e de toda a trajetória feminina, que embasa um forte discurso libertador, de luta pelo gozo de igualdades de gênero, da capacidade, e de tudo

que a qualifique como um ser de existência respeitosa, o seguinte questionamento pode ser levantando: Qual é a verdadeira percepção do casamento para essa mulher contemporânea?

Nesse contexto, a mulher acaba se dividindo em lados distintos. Por um lado, se espera ser bonita, bem-sucedida, valorizada, independente e, se tiver filhos, que seja o mais tarde possível. Por outro lado, a instituição do casamento, com toda a tradicionalidade empenhada em constituir família com filhos, submete-se a decisões difíceis que, para a mulher, na maioria das vezes, abrange optar pelo lar ou pelo sucesso na carreira pessoal.

Sob essa conjectura, Feres- Carneiro (1998) relata que o casamento ganha novas configurações, capazes de modificar a silhueta da hegemonia familiar. Se a mulher é tida como grande figura familiar, responsável por manter a ordem educacional e moral do lar, o que poderia acontecer ou já acontece com o casamento? Com esse novo trajeto feminino, as expectativas de vida e conquistas mudam, e qual seria o lugar do casamento e da família sob essa ótica? Será que tais mudanças propiciam a propagação do divórcio?

Capítulo II – Casamento, Divórcio e Litígio

2.1 O Casamento e suas novas conjugalidades

O casamento cria uma nova ordem para o sujeito, uma determinada ordem que permite que a vida seja experimentada com mais sentido (Berger & Kellner, 1970).

Segundo Araújo (2002), a instituição do casamento, no decorrer dos tempos, tem atravessado diversos fatores que propiciam mudanças. Tais mudanças englobam determinações de cunho econômicos, sociais, culturais, de classe e de gênero.

Russell (1977) afirma que é provável que, com a intrusão do econômico, a monogamia seja abalada. Na visão do autor, tal fato torna-se possível pela moral e o casamento se entrelaçar com aquilo que lhe é conveniente. Nesse sentido, a moral e o econômico andam de mãos dadas, pois se por um lado tem-se a “conveniência” de uma ação ilegal, então, por outro, automaticamente o que favorece torna-se legal, permitido.

O casamento enquanto constituição se torna ligado pela prática regulamentada de atividades cujo caráter seja a regulamentação das atividades de base biológica: reprodução e sexo, assumindo por muito tempo a função de legitimar e perpetuar a espécie (Saraceno & Naldini, 2003).

Sendo assim, Russell (1977) retrata o casamento como algo muito mais importante que o amor romântico, pois ressalta que o amor romântico pode até ser bom, por servir de motivo para o casamento, mas que este não pode se resumir apenas a isso, estendendo os motivos do casamento então, para além do prazer e da companhia de duas pessoas. Nesse aspecto, o casamento é visto como uma instituição que dá origem

aos filhos, ligando-se à contextura da sociedade, acessando muito além dos sentimentos pessoais do marido e da mulher.

Carneiro (1994) cita Lévi-Strauss (1956, p.75) quanto ele se referente à família e ao casamento:

A família tem sua origem no casamento, que incluem o marido, a mulher e os filhos tidos nessa relação, um núcleo que demais parentes em torno do qual, podem se agregar, os membros dessa família estão unidos entre si por: Laços jurídicos, direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa ou outra, sendo uma rede precisa de direitos e proibições sexuais, e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito e o medo, etc. (Lévi-Strauss, 1956, p.75, conforme citado por Carneiro, 1994, p.16).

Zordan, Falcke e Wagner (2009) acreditam que, ao longo da história, o casamento tem passado a assumir outras funções de ordem econômica e social. A evolução social que abrange a emancipação feminina, a liberdade sexual, a liberação e o aperfeiçoamento dos métodos contraceptivos e das técnicas que envolvem a reprodução humana, tem possibilitado enxergar o casamento por um novo ângulo.

O casamento, na modernidade, liga-se à noção de mutatividade, transformação, flexibilidade em relação ao novo, ao diferente. Assim, Gomes e Paiva (2003) apontam que o casamento deve constituir-se num espaço amplamente desenvolvido e criativo.

Como comprovação dessa ressalva, o meio cultural e o crescimento das diversidades e possibilidades, mediante o casamento, têm favorecido a amplificação de pesquisas nessa área. Stropasolas (2004) cita uma pesquisa cuja intenção é saber quais as representações sociais que vêm sendo construídas por jovens e mulheres em torno da noção de casamento na agricultura familiar.

Stropasolas (2004) cita um trabalho publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 1995), que estabelece um viés clássico sobre os padrões de gênero e seus processos de migração seletiva no campo. Tal estudo mostra que, para a grande maioria, a vida no campo torna-se mais atrativa para os homens e as moças estão, cada vez mais, saindo de seus lares e partindo para a cidade, pois passam a questionar a vida camponesa como servidão, recusando o casamento e buscando empregos na cidade.

Interessante observar tal movimento realizado por esses jovens, frente às expectativas culturais que os aguardavam na primazia do casamento. A partir de investigações com adultos jovens, tem-se levantado índices que protelam essa dança contemporânea no viés do casamento. Féres- Carneiro (1997, 1998, 2003) discute, em seus trabalhos, esse movimento no que diz respeito a essa tensão gerada entre a individualidade e a conjugalidade.

O casal contemporâneo é confrontado por duas formas paradoxais: de um lado tem-se a individualidade, que estimula a autonomia, enfatizando crescimento e o desenvolvimento de cada um. Por outro lado, se evidencia a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a verdadeira realidade do casal (Féres- Carneiro, 1998).

Willi (1995) afirma que para o desenvolvimento pessoal de cada cônjuge, torna-se imprescindível uma redefinição de papéis, de regras e de funções, restabelecendo um sistema de crenças para que se forme a nova identidade conjugal do casal. Coelho (2000) pressupõe que, devido aos processos históricos- culturais atravessados pelas pessoas, os interesses individuais dos cônjuges mudam, e isso possibilita o ganho de forças que ultrapassam os interesses sociais, sobrepondo o engrandecimento da subjetividade. Nesse quesito, ocorre um aumento considerável da individualidade, e uma baixa estimada no que tange à conjugalidade.

O interessante é que, para Bourdieu (1962), há uma diminuição na dependência das trocas matrimônias em relação aos aspectos econômicos, mudando a forma. A hierarquia social relacionada ao casamento vem sendo desconstruída, abrindo espaço para o estatuto de vida, que está ligado ao estilo de vida que se agrega ao casamento. Sendo assim, a base econômica do sistema sofre mudanças.

Jablonski (2005) chama a atenção para o espírito de individualidade que abarca essa nova conjugalidade. Nesse sentido, a conjugalidade contemporânea preserva uma perspectiva individualista, mas enfatiza a importância do equilíbrio desses “espaços individuais”, com a preservação do “solo do casal” como sendo espaços compartilhados por ambos (Zordan, Falcke & Wagner, 2009).

Sendo assim, é possível observar grandes expectativas frente à conjugalidade contemporânea. Para Jablonski (2001) existe um paradoxo quando se considera que a sociedade cria nos indivíduos uma expectativa muito difícil de ser superada, pois no cerne do amor, da paixão e do desejo, criam-se padrões idealísticos sobre o casamento que se tornam praticamente inalcançáveis.

Bauman (2004), ao falar do amor líquido, evidencia a fragilidade das relações humanas frente aos desejos conflitantes que o indivíduo expressa. Ora os indivíduos estão desejantes da inexorável modernidade das relações, ora se encontram sedentos do conforto que a tradicionalidade oferece.

Corroborando a vertente das perspectivas do casamento na contemporaneidade, Brandem (2000) expõe que dentre as ações conflitantes, algumas questões de caráter financeiro podem vir a ser um grande atrativo, uma motivação para tornar-se uma união desejável. Na visão de Blank (2010), o sistema socioeconômico e o mundo do trabalho atual oferecem poucas oportunidades para a autorrealização, acentuando a objetividade, o intelecto e o racional diante de um ambiente que se torna marcado pelas necessidades

em agir com competição e eficiência do mundo, fato que corrobora em frustrações na grande maioria dos casos. Com isso, as pessoas tendem a buscar um aconchego emocional e certa proximidade afetiva. São essas vertentes que buscam encontrar no matrimônio e na construção de uma família, que se resumiriam em ser supérfluo em tudo aquilo que não se alcança no ensejo social.

Essa demanda parece estar, cada dia mais, distante e, com isso, acontece um fenômeno de separações (Féres- carneiro & Ziviani, 2009). Em relação a isso, os autores pontuam:

O número crescente de separações conjugais na sociedade contemporânea pode parecer um contra-argumento da tese, a qual nos referimos anteriormente, desenvolvida por Berger e Kellner (1970) de que o casamento é para os cônjuges uma das principais áreas de autorrealização social e a base dos relacionamentos na esfera privada. Todavia, os sujeitos se separam não porque o casamento não seja importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às suas expectativas. É justamente a dificuldade dessa exigência que o divórcio reflete e, quase sempre, os divorciados buscam o recasamento, os homens mais rapidamente que as mulheres (Féres-carneiro & Ziviani, 2009, p. 94).

Parece ser uma atitude típica frente à resposta do divórcio. A grande maioria busca certo equilíbrio por meio de uma nova experiência, geralmente embalados pelas buscas vivenciais faltantes na relação anterior (Bernstein, 2002).

Nesse ensejo, existem formas diferentes e autênticas de se relacionar com outra pessoa. A coabitação é uma delas, cuja resolução se estabelece por uma relação não tradicional, mas com um estilo de vida alternativo, identificada como uma fase preparatória, constituindo-se como um “casamento experimental” (Spanier, 1983).

Ennes (2006) sugere que a união estável também aparece como opção, pois, esse tipo de união, é caracterizado como uma situação exercida pelas antigas gerações, porém seu devido reconhecimento em nível jurídico chega com a contemporaneidade e sua constituição familiar. Ela faz uma colocação que a partir dessa união estável, em caso de futura separação, o patrimônio de ambos é dividido em 50% a cada membro do casal.

Outra vertente encontrada nas conjugalidades contemporâneas é o Poliamor, tido como nova representação paradigmática de relacionamento amoroso. Klesse (2006) diz que o Poliamor nada tem haver com a monogamia e, nesse sentido, acredita ser possível amar e aceitar manter múltiplos relacionamentos com várias pessoas, desde que se tenha honestidade e consenso entre as pessoas, que prezem como eixo central da relação a comunicação, a negociação, a auto responsabilidade, a intimidade e outros fatores que julguem ser necessário para o bem-estar e harmonização.

Outra relação que ganha um espaço imensurável e preocupante na vida das pessoas é a relação virtual. Algumas utilizam da ferramenta cibernética para se relacionar afetuosamente ou sexualmente. Baker (2002) acredita que as relações que começam virtualmente podem se tornar estáveis e duradouras, já que essa não atinge o plano real, e compartilham-se os sentimentos, pensamentos e a aparência não ganha tanta importância.

Essas e outras formas de amor e relação parecem servir de alicerce para a construção de novos modelos familiares. Com tamanha modernidade e liberdade sob a forma de amar, a família, mais uma vez, encontra-se em constante processo de ramificações em sua estrutura. Carter e McGoldrick (1995) descrevem que, a partir dessas modificações, o divórcio torna-se um evento cada vez mais normativo.

2.2 Divórcio e litígio: uma questão exclusivamente financeira?

O divórcio é o maior rompimento no processo de ciclo de vida familiar, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais, que a família está experienciando naquela fase (Carter & McGoldrick, 1995).

Apesar de o divórcio estar se tornando algo corriqueiro para diversos casais, ainda existem várias questões que perpassam esta temática de modo peculiar. Essas questões podem, por diversas vezes, configurar-se como ilegíveis diante da situação vivenciada, corroborando, assim, para se chegar, cada vez mais rápido ao litígio.

Percebe-se no que tange o pensamento de Carter e McGoldrick (1995), o divórcio é revestido de grande impacto, ocasionando diversas nuances no contexto familiar. Nesse sentido, torna-se interessante refletir que apesar de toda normalidade e do respaldo jurídico que cerca o divórcio na atualidade, existe um fenômeno pulsante que se faz cada dia mais presente nas famílias atuais e que se entrelaça à tamanha ambiguidade presente.

O caminho que se percorre até se chegar à legitimação do divórcio é exaustivo e envolve uma série de fatores revestidos de múltiplas facetas filosóficas, ideológicas e religiosas (Fáveri & Tanaka, 2010). Diante da historicidade da família, como foi apresentado, é notório que o trajeto para se chegar ao divórcio ou litígio foi e é cercado de laboriosas discussões em que a liberdade de escolha, em ter ou não tal companheiro ao seu lado, passa a ser um direito conquistado e não forçado, como acontecia na época patriarcal. Diante disso, interroga-se o quão preparado se está para percorrer este trajeto.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), o divórcio é considerado como uma interrupção ou deslocamento da tradicionalidade esperada para o ciclo familiar, ocasionando grande desequilíbrio que se agrega a todo ciclo de vida familiar. A instabilidade emocional pode tornar-se um obstáculo futuro para o desenvolvimento familiar. As autoras abordam alguns fatores emocionais que podem ser encontrados em todas as famílias que se divorciam, podendo acontecer inúmeras vezes, não seguindo necessariamente a ordem de acontecimentos apresentada no quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Momentos que proporcionam picos de pressão emocional nas famílias que se divorciam (Carter & McGoldrick, 1995)

1	No momento da decisão de separar-se ou divorciar-se
2	Quando essa decisão é anunciada à família e aos amigos
3	Quando são discutidos os arranjos financeiros e de custódia/ visitação
4	Quando acontece a separação física
5	Quando acontece o divórcio legal real
6	Quando os cônjuges separados ou ex-cônjuges têm contato para conversar sobre dinheiro ou sobre os filhos
7	Quando cada filho se forma, casa, tem filhos ou adocece
8	Quando cada cônjuge casa novamente, se muda, adocece ou morre.

Fonte: Carter e McGoldrick (1995, p. 23, grifos nossos).

Destacam-se no quadro 1 os itens 3 e 6 que se referem à questão financeira como item predominante da problemática que envolve a relação interpessoal no divórcio. Nesse sentido, o dinheiro parece estar configurado como um motivo para grandes impasses no momento do divórcio.

Eberson e Bouwer (2015) descrevem o divórcio como uma realidade potencialmente destrutiva e devastadora na sociedade. Dessa forma, o indivíduo que atravessa essa situação se depara com inúmeras crenças favoráveis e desfavoráveis a cerca dos conceitos e vivências que circundam as pessoas que enfrentam o divórcio. Nesse ensejo, tudo muda, os pais e os filhos percorrem experiências marcantes, que se configuram como a perda de relacionamentos, mudanças na residência, nos sonhos, na identidade familiar e o cotidiano daqueles participantes do núcleo familiar passa a ser transformado.

Conforme a explanação de Carter e McGoldrick (1995), o divórcio pode ser considerado como uma crise de transição. Para comprovação desse pensamento, as autoras utilizaram o exemplo de que no passado, algumas pesquisas relacionavam uma aproximação considerável entre divórcio e o distúrbio mental, tal pensamento era corroborado pela vulnerabilidade psicológica que muitos atravessam na época da separação/ divórcio.

As autoras Carter e McGoldrick (1995) citam a escala de Holmes e Rahe (1967) ao apontarem que o divórcio é o segundo evento mais estressante de vida, sendo que o primeiro lugar é a morte de um cônjuge. Dessa forma, elas citam cinco estágios na tentativa de mostrar os processos de ajustamento da família frente o divórcio.

O primeiro estágio (Cognição Individual) pelo menos um dos cônjuges está considerando o divórcio e iniciando o processo de separação emocional, mantendo distância através de atividades e envolvimento separados. Este período é frequentemente caracterizado por estresse aumentado, com consideráveis brigas, amargura, acusações, desvalorização do parceiro, depressão, ansiedade, e, sempre, ambivalência. Pode haver um caso amoroso, que frequentemente serve para apressar a decisão.

O segundo estágio (Metacognição Familiar) também pré- separação, o segredo é revelado. Um momento de grande sofrimento, para algumas famílias, este pode ser o momento de maior desequilíbrio. Se a família maneja bem essa situação, o casal talvez seja capaz de separar-se com decisões bem- refletidas.

O terceiro estágio (Separação do Sistema), acontece a separação concreta. Este é um momento muito difícil para toda a família, o resultado depende muito de como os estágios precedentes foram manejados. Quanto mais reativa for a família, maior a crise.

O quarto estágio (Reorganização do Sistema), envolve o difícil processo de deixar clara as novas fronteiras. Todos os membros da família experienciam a perturbação e confusão que acompanham o processo de divórcio e têm uma dificuldade em negociar a transição durante este estágio. A perda de um dos pais na casa, as muitas mudanças no funcionamento familiar, e os estresses em cada progenitor, que afetam sua capacidade de serem pais, tudo isso contribui para o impacto sobre os filhos. Quanto mais o progenitor não residente dor excluído, maior será o potencial de disfunção familiar.

O quinto e último estágio (Redefinição do Sistema) começa quando a família resolveu as tarefas dos estágios anteriores e atinge uma nova autodefinição. Novos papéis e fronteiras foram clarificados, e todos os membros são incluídos se os pais vivem bem a paternidade (...) (Carter & McGoldrick, 1995, pp. 296-297).

As mudanças diante do contexto que implica o divórcio são extensas. Existem autores que descrevem a situação de muitos pais divorciados que nutrem sentimentos de

amargura e raiva mesmo após um novo relacionamento (Fischer, De Graaf & Kalmijn, 2005). Não seria esse o grande passo para se chegar ao litígio?

Segundo Ferreira (2004), a palavra litígio tem como significado o conflito de interesses judiciais. Tais conflitos são estabelecidos por meio da contestação da demanda ou aquilo que envolve uma disputa ou briga entre pessoas, grupos, empresas etc.

Têm-se alguns pressupostos que rondam a tentativa de resolução do litígio. O direito de família utiliza alguns métodos para a resolução do litígio, a mediação é uma delas. A arbitrariedade que, por diversas vezes confunde-se com a mediação, consiste em ser uma das formas para a tentativa de resolução da problemática, mas que não é permitida para o direito de família (Jong, 2014).

Atualmente, a prática arbitrária é vetada, e isto acontece devido à seção 2 da lei da arbitragem 42, de 1965 que proíbe a arbitragem em relação a qualquer causa que envolva o matrimônio, por conta do interesse do menor envolvido na causa. No ano de 2001, a comissão de direitos recomendou que a lei fosse revista, para permitir a execução desta lei nas disputas matrimoniais que não afetem os direitos das crianças e dos cônjuges (Jong, 2014).

Sair do divórcio para o litígio está se tornando uma prática cada vez mais comum. Alguns estudiosos da área descrevem o litígio e a forma como ele deve ser enfrentado. Nesse sentido, Hanns (2013) acredita que:

Mesmo em litígio, a separação não deve ser algo subitamente imposta ao parceiro (...) seja adulto e ponderado, após anunciar seu firme desejo, pergunte a ele como se sente a respeito (...) você não precisa aceitar condições absurdas, mas só entre em confronto se for necessário, é importante as partes irem refletindo, mudando de opinião, consultando-se com terceiros. Um eventual

confronto litigioso pode se tornar inevitável, mas tente negociar e construir consensos (Hanns, 2013, p. 298).

Será que é possível seguir um passo a passo no litígio? Consultar terceiros a fim de mediar à situação é a grande chave para fugir do confronto? E o judiciário está preparado para a complexidade existente no litígio no contexto familiar?

Jong (2014) professor do curso de Direito Privado da faculdade da África do Sul, faz um recorte interessante a respeito das necessidades existentes no Direito de Família em seu País. O autor mostra que o sistema acusatório do litígio funciona bem para a maioria dos outros campos da lei, mas que para a resolução de litígios de direito de família a situação se diferencia.

Peres (2013) descreve a situação das Famílias goianienses que atravessam o litígio e sobre esse assunto explana:

Posso dizer que o litígio, implicado com as potencialidades humanas de desenvolvimento, mais especificamente, com o sujeito em desenvolvimento, não pode ser reduzido a representações sociais sustentadas por crenças e mitos que o institucionaliza, tanto a serviço da ordem médica quanto da ordem judicial. Essas ordens perpassam pela história de desenvolvimento do sujeito, porém nunca a determina (Peres, 2013, p. 416).

Nesse sentido de estar ou não preparado para lidar com o litígio, Jong (2014) acredita que o sistema judiciário não é projetado para lidar com o enorme trauma emocional e com as diversas questões não jurídicas que geralmente acompanham os litígios de direito de família. Sendo assim, as questões financeiras, nesse primeiro momento, parecem corroborar para a intensificação da problemática. Dessa forma:

O dinheiro parece configurar-se como a grande questão estressora do litígio. A expressão o “vencedor – leva- tudo” é a mentalidade exigida dos advogados e

defensores em contencioso contraditório, agrava o conflito e hostilidade entre as partes, algo que é particularmente prejudicial para os membros da família que ainda estarão em um relacionamento contínuo (Jong, 2014, p. 5).

Capítulo III – A Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa

3.1 A Teoria da Subjetividade

Para explicar a Teoria da Subjetividade é necessário compreender que, para estudá-la, o seu autor, Fernando Luis González Rey (2005) criou uma Epistemologia Qualitativa que compreendesse a complexidade da subjetividade como ele explica. Dessa forma, sobre a epistemologia qualitativa o autor afirma:

Partindo da Epistemologia Qualitativa, tento desenvolver uma reflexão aberta e sem âncoras apriorísticas em relação às exigências e às necessidades de produzir conhecimento em uma perspectiva qualitativa; tento buscar uma posição quanto às novas perguntas e respostas criadas ao implementar um processo diferente de construção do conhecimento, evitando assim transitar por novas opções utilizando princípios já estabelecidos por representações epistemológicas anteriores que não respondem aos novos desafios. Essa tentativa (...) [visa ao] desenvolvimento de epistemologias particulares nos diferentes campos do conhecimento, fato que considero a única forma real de enfrentar os desafios epistemológicos que vão aparecendo nos campos metodológicos particulares de cada ciência (González Rey, 2005, p. 5).

A hegemonia do método tradicional parece reduzir a realidade sublime do sujeito a categorias esquemáticas que carregam uma previsibilidade, que atrofiam a subjetividade do ser humano em questão. Sendo assim, questiona-se a eficácia desse modelo tradicional em dotar-se de tal controle sobre a realidade que atravessa esse indivíduo que, por diversas vezes, enquadra-se em perspectivas *à priori*, que podem anular a espontaneidade do ser humano.

Nesse sentido, o autor procura se distanciar do positivismo e dos dogmas da cientificidade que ainda repercutem de forma forte na academia de Psicologia, aproximando-se cada vez mais do modelo biomédico, no qual tudo é racionalizado sempre coletando, medindo, aplicando, tudo direcionado à base de comprovações (González Rey, 2005).

Aos olhos do autor, as epistemologias de base positivista tornam-se insuficientes para se estudar a subjetividade. Isso acontece pela forma linear que se enxerga a problemática, sempre associada a instrumentos de coletas de dados, acessando o indivíduo de forma superficial e fragmentada.

O paradigma positivista compreende o homem da seguinte forma: “O homem cotidiano, com seus momentos irregulares, contraditórios e irreversíveis, é expulso e cede lugar a um construto individualista, impessoal, determinado e universal, para quem noções como ação, construção, história, intercâmbio social e cultura são comumente aparências irrelevantes” (Neubern, 2005, p. 59).

A morte do sujeito acontece sobre esse olhar (Neubern, 2005). O subjetivo deixa de existir e, nesse ensejo, tem-se um forte debate epistemológico que coloca essas questões em voga, levantando a existência de uma subjetividade e a necessidade em compreendê-la.

Com base nessas reflexões, González Rey (2005) considera ser fundamental o uso de uma nova epistemologia, a epistemologia qualitativa, que suporta a complexidade, as contradições e as reflexões do sujeito em suas trajetórias, sem desprezar aspectos significativos, antes vistos como não tendo importância por muitos pesquisadores em seus processos cotidianos, históricos e culturais. Nessa perspectiva de desenvolvimento epistemológico, encontram-se três grandes princípios norteadores da Pesquisa Qualitativa na visão de González Rey (2005):

Processo construtivo-interpretativo: em que os aspectos da realidade são vistos por diversas formas, de maneira complexa, e que, por meio das práticas de investigação, as informações são construídas com o sujeito participante da pesquisa, durante todo o processo, e admitindo que seja possível aproximar-se de uma parte dessa realidade que constitui o sujeito, mas não da sua totalidade.

A percepção da pesquisa como processo de comunicação, configurando-se como dialógico: as grandes questões do ser humano enfatizam-se por meio da comunicação independente de ser direta ou indireta. O processo dialógico viabiliza o desnudar das configurações e os sentidos subjetivos que constituem cada sujeito.

A Legitimação dos casos singulares: como instância de produção do conhecimento científico, no qual permite que o pesquisador vivencie momentos de ruptura, de continuidade e de contradições com aquilo que é construído em todo momento com o sujeito da pesquisa, frente ao modelo teórico em desenvolvimento, proporcionando a abertura de novas zonas de sentido, que compreendem o sujeito e sua subjetividade constituída cultural e historicamente.

A partir dessa compreensão, a realidade que constitui o sujeito se torna um processo da subjetividade. Nesse sentido, a subjetividade surge como um fenômeno psicológico complexo. Para entender o significado da palavra subjetividade, é preciso conhecer o que motivou sua existência, principalmente para saber de que base epistemológica ou de que fonte de conhecimento parte o axioma da problemática que será executada pelo pesquisador.

Seguindo essa premissa, Martínez (2005) discute a necessidade de definição e compreensão da Subjetividade, salientando a existência de certo modismo que favorece a banalização dessa palavra, sendo usada por muitos, mas compreendida por poucos. Nesse sentido, González Rey (2007) cita diversos autores (Beck, 1995; Touraine, 1999;

Giddens, 2002; Ferraroti, 2003) que descrevem a subjetividade com significados diferentes. Assim, a Subjetividade, segundo González Rey (2004), é:

(...) um macroconceito que integra os complexos processos e formas de organização psíquicos envolvidos na produção de sentidos subjetivos. A subjetividade se produz sobre sistemas simbólicos e emoções que expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais (González Rey, 2004, p. 137).

A subjetividade Individual surge como parte dos processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais, delimitando um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação (González Rey, 2005). Nesse sentido de singularidade, o autor expõe a existência da subjetividade social, também presente nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos e que comumente está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram a organização subjetiva.

A subjetividade humana segundo, González Rey (2007), é uma produção humana e não uma internalização. Isso ocorre porque o ser humano sempre produzirá algo em cima do que foi vivenciado em suas relações, abstendo-se de resultados lineares, mas que são encarados como uma produção diferente, singular.

Sob esse olhar, segundo Martínez (2005), tem-se a complexidade dos fatos como algo contrário à dificuldade, remetendo-se a engenhosidade do ser humano em não limitar-se ao que está pronto, de modo a desafiar os parâmetros de forma complexa, como define Morin (2005, p. 38):

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade.

Por conseguinte, falar de metodologia qualitativa a partir do olhar de González Rey (2005, p.3), como ele mesmo afirma, “aquece o debate teórico- epistemológico, que é resistente em seus processos instrumentais, considerando-os vias de produção direta de resultados da pesquisa”. Assim, a teoria da Subjetividade de González Rey (2012) caracteriza a subjetividade como um processo de extrema importância que agrega aspectos de cunho simbólico e emocional.

Dessa forma, o autor tema epistemologia qualitativa como um novo método, capaz de configurar os princípios norteadores da metodologia adequada, que atinja a apropriação para se estudar os processos psicológicos. A metodologia é uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja como referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade (Demo, 1995).

González Rey (1992) destaca a importância da complexidade subjetiva que o ser humano constrói em seus processos histórico-culturais, que são indissociáveis de sua realidade subjetiva. Sendo assim, González Rey (2002) propicia a asserção de um novo

modelo que possibilite à emergência do sujeito em questão, resgatando os sentidos subjetivos que o constituem. O autor também ressalta que o uso do termo qualitativo não corresponde, de fato, ao seu sentido semântico, mas, sim, à complexa realidade que ele apresenta em sua definição.

Essa epistemologia qualitativa abarca a possibilidade de estudar a subjetividade produzida pelo ser humano, sem utilizar nenhuma linearidade, compreendendo que o desenvolvimento subjetivo expõe-se muito mais complexo do que realmente conseguimos enxergar. E isso enriquece o processo construtivo interpretativo do pesquisador, possibilitando a abertura de novas zonas de sentido para ambos os envolvidos na pesquisa (González Rey, 2002).

3.2 Sentido Subjetivo

A categoria sentido é utilizada em várias áreas. Como exemplo, cita-se a linguística e a análise do discurso, que promovem um grande leque de significados a partir da base epistemológica de interpretação. González Rey (2007) esclarece que utiliza a categoria sentido com interpretação diferente, já que essa categoria, utilizada por ele, evolui na perspectiva cultural-histórica.

Na obra *Pensamento e Linguagem*, de Vigotski (1987), o sentido é definido da seguinte forma:

O sentido de uma palavra é o agregado de todos os fatos psicológicos que emergem na consciência como resultado da palavra. O sentido é uma formação dinâmica, fluida e complexa, que tem várias zonas que variam de estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto da fala. Ele é o mais estável, unificado e preciso dessas zonas. Em contextos diferentes, o sentido da palavra muda. Em contrastes, o significado é comparativamente um ponto fixo e estável, ele se mantém estável com todas as mudanças do sentido subjetivo da palavra que estão associados ai seu uso em diferentes contextos (Vigotski, 1987, pp. 275-276).

Para compreender o caminho desenvolvimento por Vigotski, ao definir a categoria sentido, González Rey (2005) estudou a movimentação de seu pensamento e concluiu que o sentido da palavra é dinâmico, mas seu significado é estático.

González Rey (2007) analisa os pensamentos de Vigotski sobre o sentido, e compreende que a ideia de organização psíquica parte de um todo, e não é apenas direcionada à linguagem, como ocorreu no primeiro momento que Vigotski descreve o

sentido. O sentido da palavra se desloca para a consciência que agrega diversos fatores psicológicos que implicam nas emoções.

Vigotski exerce uma capacidade crítica e criadora sobre a psicologia histórico-cultural, abrindo um novo caminho para a integração de aspectos dicotomizados da psique humana: a integração dos objetivo x subjetivo, cognitivo x afetivo, individual x social, desenvolvido por González Rey (Peres & Cupolillo, 2005).

González Rey (2002), a partir da categoria *Sentido* de Vigotski, desenvolve a categoria *sentido subjetivo* que vai além da palavra, conectando o simbólico e o emocional. Nesse sentido, o autor explica que o sentido subjetivo é:

A unidade processual do simbólico e o emocional que emerge em toda experiência humana, unidade essa onde a emergência de um dos processos que a integre sempre invoca o outro sem se converter em sua causa, gerando verdadeiras cadeias simbólico-emocionais que se organizam na configuração subjetiva da experiência (González Rey, 2002, p. 31).

Sendo assim, todas as experiências vivenciadas por cada pessoa possuem um significado psicológico e tal interpretação não abrange a universalidade, mas sim a singularidade. Para exemplificar melhor o que é o sentido subjetivo, cita-se o exemplo do ato de pesquisar. A epistemologia qualitativa (González Rey, 2005) possui a particularidade de ser construtiva interpretativa, ou seja, todo conhecimento que o pesquisador tiver irá contribuir para seu desempenho e será construído em todo momento da pesquisa.

Nesse processo, segundo González Rey (1995), todos os envolvidos produzem sentidos subjetivos, esses podem ser similares ou diferentes, mas podem viabilizar ou não a abertura de novas zonas de sentido, que são definidas como um espaço produzido

na pesquisa científica que, permite a abertura de novos caminhos para a exploração científica, favorecendo assim a inteligibilidade.

Os sentidos subjetivos ligam-se à aprendizagem e González Rey (2003), discute que a categoria sujeito, é capaz de gerar novas zonas de inteligibilidade sobre os processos que decorrem da aprendizagem, gerando assim, novas possibilidades para situações adversas. Dessa forma, para se estudar a subjetividade e suas ramificações, González Rey propõe outra categoria que é a “configuração subjetiva”, elemento preponderante para a produção de sentidos subjetivos.

3.3 Configuração Subjetiva

A configuração subjetiva é uma verdadeira formação psicológica, sendo a unidade do histórico e do atual na organização da subjetividade, representando momentos de convergência e conexão do movimento expressado pelos sentidos subjetivos que emergem na ação, expressando as produções singulares, simbólicas e emocionais da pessoa em seus diferentes contextos (González Rey, 2011).

Nesse sentido, (González Rey, 2011, p.34), salienta: “A configuração subjetiva representa uma verdadeira rede simbólico- emocional que integra múltiplos efeitos e desdobramentos do vivido que seriam incompreensíveis desde a análise de expressões subjetivas isoladas”.

À vista disso, os aspectos históricos e culturais exercem uma importância significativa na vida da pessoa. González Rey (2011) entende por cultura toda a construção social que o indivíduo agrega, sendo esse um fator geracional, atravessado por tradições, expectativas do futuro e qualquer outra questão que se configure como importante para o sujeito, contribuindo para o desenvolvimento de suas configurações subjetivas.

Dessa forma, é significativo dizer que, as configurações subjetivas são “as verdadeiras unidades da subjetividade humana, revelando os períodos de divergência e articulação da mobilidade dos sentidos subjetivos que emergem na ação” (González Rey, 2011, p.34).

Nesse seguimento, os processos históricos são vivenciados pela pessoa de forma ímpar e cabe a cada um confrontar-se com suas questões e gerar novos sentidos para, assim, abrir novos campos de inteligibilidade. Para que tudo isso ocorra, a configuração

subjetiva é essencial, já que integra vários sentidos subjetivos que são produzidos nas relações (González Rey, 2011). A esse respeito, o autor explica:

Durante a construção das informações, no momento da pesquisa, fica exposto o curso desenvolvido com o modelo teórico construído pela pesquisadora. No curso da construção das informações, existem os Indicadores, que são compreendidos, como uma revelação dos sentidos subjetivos, produzidos pela pesquisadora em questão, a partir das expressões dos sujeitos participantes da pesquisa; dessa forma, o modelo teórico é o sistema hipotético que capta a integração dos sentidos subjetivos na organização mais complexa das configurações subjetivas (González Rey, 2011 p. 34).

Os modelos teóricos e as hipóteses teóricas construídas se conectam nesse processo que está em constante desenvolvimento, organizando-se como produção de saber nos caminhos da pesquisa que são definidos por (González Rey, 2011 p. 35) como “geradores de inteligibilidade e jamais como verdades absolutas, já que a configuração subjetiva é responsável por integrar uma multiplicidade de cenários sociais da vida atual”. Dessa forma, a configuração Subjetiva representa, então, o momento vivido da personalidade em ação de cada pessoa.

3.4 Objetivos

3.4.1 Objetivo geral.

O objetivo geral do estudo é compreender as produções subjetivas das famílias em relação à materialidade financeira do litígio.

3.4.2 Objetivos específicos.

- Descrever como os ex-cônjuges envolvem os aspectos financeiros no litígio.
- Compreender as subjetividades envolvidas no aspecto financeiro do litígio.

Capítulo IV – Princípios Metodológicos

4.1 Epistemologia Qualitativa

A construção das informações é regida por três grandes princípios citados, anteriormente (Cap. 3 p. 58), na apresentação da Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005). O primeiro princípio é ser um processo construtivo-interpretativo, em que o pesquisador vai construindo as informações ao longo da pesquisa. O segundo princípio é a dialógica como um processo fundamental na comunicação das pessoas, e o terceiro e último princípio é a legitimação dos casos singulares. Tais princípios já foram detalhados no capítulo anterior, quando foi apresentada a Epistemologia qualitativa.

A epistemologia qualitativa surge como epistemologia de construção, cujo objetivo maior é que as pessoas implicadas na pesquisa se envolvam em conversas, que fujam de respostas isoladas e estímulos apresentados pelo pesquisador. Nessa premissa, averigua-se a possibilidade de favorecer reflexões e construções que se articulam no decorrer do processo (González Rey, 2011).

Segundo González Rey (2005, 2011), não há como falar do método sem citar a posição do pesquisador nessa epistemologia. O pesquisador tem uma posição ativa, participa na conversação e na construção das informações, em que a relação passa a ser sujeito-sujeito e não sujeito-objeto.

Sendo assim, nesse processo, o pesquisador se relaciona com o outro de forma singular, possibilitando assim que as informações sejam construídas ao longo de seu trabalho. Dessa forma, o pesquisador é sujeito que pode se emocionar, sem estar preso a

protocolos que promulgam o lugar de suposto saber, ocupando o lugar de sujeito que também se emociona.

Peres (2014), dessa forma, emerge o tema-objeto da pesquisa. Com esse processo, percebem-se indicadores que refletem a disponibilidade emocional do sujeito frente ao assunto como um elemento latente para o pesquisador estar atento ao processo.

González Rey (2005) utiliza a expressão intencionalidade consciente para explicar os indicadores, mostrando que há uma enorme virtude nos *trechos de sua expressão*. Por conseguinte, a partir da metodologia utilizada, criam-se algumas categorias, por meio de indicadores que visam produzir e acessar informações acerca da problemática vivenciada pelos sujeitos participantes. Assim, a definição de indicador por González Rey (1999):

São aqueles elementos que adquirem significados graças à interpretação do pesquisador, isto é, que seu significado não é acessível, de forma direta à experiência, nem aparece em sistemas de correlação (...) o indicador somente se constrói a base de informações implícitas e indiretas. (González Rey, 1999, p.113)

Com base na literatura de González Rey (2005, 2009, 2012, 2013), constata-se que o indicador e os demais instrumentos da pesquisa são de grande importância, mas não possuem plenitude. Estes são considerados apenas fragmentos importantes da investigação, mas jamais são entendidos como definidores do sujeito. Dessa forma, nesta dissertação, os indicadores da pesquisa foram construídos a partir dos sentidos subjetivos gerados pela pesquisadora, no decorrer dos atendimentos aos sujeitos participantes do Projeto Justiça Educativa de Famílias.

4.2 Campo da Pesquisa

O campo da pesquisa foi o projeto, Justiça Educativa de Famílias, criado pela Professora e pesquisadora Vannúzia Leal Andrade Peres, cujo objetivo é promover um espaço de diálogo e reflexão para as famílias em litígio. O espaço físico do campo da pesquisa, onde são realizados os atendimentos dos grupos interfamiliares, foi o Centro de Estudos, Pesquisas e Práticas Psicológicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (CEPSI).

4.3 Projeto Justiça Educativa de Famílias

O projeto Justiça Educativa de Famílias foi proposto por Peres (2013) a partir de seu estudo “Produções Subjetivas de Famílias em Litígio pela Guarda dos Filhos: implicações para o seu desenvolvimento social” (Peres, 2014a, 2014b). A autora converte o referido Projeto em campo de pesquisa, no qual este subprojeto foi desenvolvido.

A forma de trabalho proposta objetiva que os ex-cônjuges assumam a constituição e a solução do litígio. A partir da teoria da epistemologia qualitativa e da teoria da subjetividade, propõe-se que as famílias sejam educadas a se responsabilizarem pelo problema, encontrando alternativas criativas para a sua solução (Peres, 2013).

Peres (2013) afirma que a expressão de González Rey (2003, 2013) sobre o “sujeito subjetivado” mostra que este sujeito é capaz de gerar alternativas para a solução de seus próprios problemas. Desse modo, o diálogo entre os membros das famílias surge no processo educativo como um momento de visibilidade dos sentidos subjetivos que são gerados no cenário do divórcio, favorecendo com que criem um novo espaço de subjetivação das situações produzidas no litígio, caracterizando-se de modo diferente do espaço que é proposto no âmbito judicial (Peres, 2013).

Nessa perspectiva, o projeto Justiça Educativa de Famílias tem como central o questionamento do sujeito, de forma a mobilizá-lo para que gere novos sentidos subjetivos. Nesse sentido, Peres (2012, p. 416) afirma que:

O desafio consiste em transformar a ideia de determinação do desenvolvimento humano que tem legitimado descrições universalizantes e patologizantes de ex-

cônjuges e seus filhos na situação do litígio. Nisso, rever conceitos e práticas que não consideram o sujeito e sua produção de conhecimento.

Esse desafio não ocorre sem que haja uma tensão entre os envolvidos. A esse respeito, a autora Peres (2012, p. 416) explica a importância que essa tensão assume:

Mediante a epistemologia qualitativa e o estudo de configurações subjetivas de famílias em litígio pela guarda dos filhos, construí indicadores de que elas necessitam se confrontar diretamente, sem intermediários, com a tensão produzida na situação do divórcio e assumir a autoria do litígio.

Dessa forma, o projeto Justiça Educativa de Famílias é um espaço onde a família dialoga e reflete sobre o litígio e seus processos de desenvolvimento (Peres, 2013). O nome educação pode ser interligado a proposta de “abrir novas zonas de sentido” no litígio, ou seja, nada está pronto, mas em constante processo.

No projeto há espaço para trabalhar com todas as questões que envolvam a trama familiar e o litígio e, nesse ensejo, há diversos conceitos que aparecem e precisam ser desmistificados. Como exemplo, tem-se a alienação parental, termo que as pessoas utilizam sem saber de fato o que ele significa, “apenas reproduzindo o que ouviram” de forma mecânica”. Peres (2013, p. 416) discute criticamente esse conceito de alienação parental e sua possível repercussão nos filhos, concluindo: “O fato é que os filhos não são meros reprodutores de representações construídas pelo genitor guardião para o genitor “distante”, embora sejam atravessados por ela”. Nesse sentido, González Rey (2013) produz o pensamento de que o ser humano é perpassado por diversas representações, mas que até mesmo as crianças são capazes de gerar sentidos subjetivos das questões que elas experienciam.

Na situação do litígio, em relação aos filhos, Peres afirmou que o importante é a singularidade e, por isso, a importância de compreender as suas implicações para cada

um dos membros da família. A metodologia qualitativa proposta por González Rey (2013), assumida por Peres (2013), para educar as famílias, leva em conta essas implicações ao possibilitar estudar as configurações subjetivas de cada membro em relação ao problema (Peres, 2014a, 2014b).

A implantação do projeto acontece na clínica escola da Pontifícia Universidade Católica de Goiás desde Agosto de 2013. Os atendimentos são realizados com grupos de famílias que são encaminhadas pela juíza da vara de famílias, do II Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Peres, 2013).

Usualmente, os ex-cônjuges são convidados a participarem de, pelo menos, cinco encontros. Cada sessão tem a duração de duas horas, duas vezes por semana, atualmente, elas ocorrem nas segundas-feiras no Instituto de Educação em Psicologia (IEP) e nas quartas no Centro de Estudos e Práticas Psicológicas (Cepsi- PUC Goiás).

As sessões com as crianças são realizadas em uma sala de brinquedos do CEPESI, nos dias específicos, sendo que, algumas vezes, quando necessário, os pais participam em conjunto com eles, especialmente quando solicitam. O mesmo ocorre com os adolescentes que, algumas vezes, são atendidos em conjunto com os genitores ou com outros adolescentes ou sozinhos, dependendo da situação.

O atendimento é realizado por equipes de educadores, formadas por Psicólogos voluntários, alunos do Curso de especialização *Lato Sensu* em terapia de casais e família, mestrandos, doutorandos, alunos de iniciação científica e graduação, todos com uma preparação prévia e com o compromisso de estudar, de participar ativamente das discussões realizadas nas sessões de orientação, que acontecem após o término dos atendimentos. Na formação, os educadores aprendem sobre os princípios metodológicos e epistemológicos que norteiam a execução do projeto, entre outras temáticas.

O espaço do projeto Justiça Educativa de Famílias propicia um desenvolvimento educacional para todos os envolvidos. Nesse processo, não existe um lugar de amplo saber a ser ocupado, mas, sim, uma abrangência relacional, que visa tocar a emocionalidade de cada sujeito, de modo que este consiga se expressar genuinamente, provocando reflexões acerca da temática e suas vivências. Assim, o envolvimento dos educadores é ativo e, como parte dos aspectos metodológicos, utilizam-se perguntas, problematizações que levem ao diálogo, à criatividade e à espontaneidade a fim de desestabilizar a pessoa para conseguir acessar o que se esconde atrás do discurso pronto que é muito frequente no litígio (Peres, 2013, 2014).

Até o momento, foram atendidas cerca de 210 famílias. A análise de Peres (2013) sobre a situação litigante é que, no decorrer do processo educativo, o educador faz a análise construtivo-interpretativa sobre os sentidos subjetivos gerados pelas famílias, baseando-se nas suas expressões que são variadas e diversas, ao trazerem as suas histórias.

A autora deste subprojeto observou que as famílias expressam várias emoções, como decepção e alegria, e pôde acompanhar a forma que cada pessoa consegue expressar suas emoções no contexto litigioso. Os educadores são responsáveis por acompanhar o desenvolvimento dessas expressões que surgem dentro de temáticas levantadas pelo grupo e, sem ter nada *à priori*, colocam em debate as questões que emergem a partir do aquecimento do grupo.

4.4 Os sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são duas famílias participantes do Projeto Justiça Educativa, que foram encaminhadas pelo II Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. O critério de seleção das duas famílias foram as suas manifestações, desde o primeiro momento, sobre a materialidade financeira como foco principal do litígio.

Todos os participantes assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) logo que iniciaram o processo educativo e tiveram conhecimento deste subprojeto, mostrando-se acessíveis para qualquer necessidade especial da pesquisadora. Aprovado pelo Comitê de ética da PUC-GO, sob o Projeto maior do qual deriva este subprojeto, atende os princípios da ética da pesquisa com humanos. A partir daí, a pesquisadora, também educadora, pôde fazer um recorte das informações construídas com essas famílias no processo educativo.

Família A: É composta pela mãe de 48 anos, funcionária pública, divorciada há cinco anos e atualmente não tem nenhum parceiro afetivo, Lílian (nome fictício) entrou com processo na justiça para reivindicar a pensão alimentícia da filha, uma adolescente de 16 anos que chamaremos de Laura (nome fictício). O pai não participou dos atendimentos, mas os relatos da ex-cônjuge é de que ele é um homem de 38 anos, comerciante, possui o próprio negócio e casou-se novamente, com uma funcionária de seu estabelecimento, atualmente tem uma filha de três anos dessa nova relação e, segundo a filha Laura, o pai queixa-se que ela só o procura para pedir dinheiro.

Família B: É constituída por Bruna (nome fictício) de 39 anos que trabalha como professora. Ela tem curso de doutorado e orgulha-se em ser militante de causas sociais, obtendo uma situação financeira bem mais estável que a do ex-marido. Neste estudo ele será chamado de Marcelo (nome fictício), um arquiteto de 40 anos, que sempre que pode enfatiza que depois de 10 anos de relacionamento, a mulher mudou demais, não sendo a mesma pessoa com quem ele se casou. Os ex-cônjuges possuem uma filha com três anos de idade.

4.5 Procedimentos e Materiais

Para os participantes do Projeto Justiça Educativa de Famílias (grupos interfamiliares) é lido o termo de compromisso livre e esclarecido da pesquisa (anexo1) na primeira sessão, sendo explicado de modo claro, a fim de que todos os membros da família possam compreender a proposta educativa e sua importância para a produção do conhecimento sobre o tema do litígio.

A pesquisadora, como parte da equipe de educadores, participou do processo educativo de vários grupos de famílias, totalizando em 157 atendimentos dos adultos e alguns adolescentes, em especial uma adolescente que é filha de uma das famílias escolhidas para a realização de seu subprojeto. A partir do foco dos objetivos de seu subprojeto, pôde escolher e convidar as famílias que apresentavam no diálogo e na reflexão sobre o litígio, conteúdos relativos à sua materialidade financeira.

No ato do convite às famílias escolhidas, anunciado no próprio grupo interfamiliar, a pesquisadora ampliou a explicação do termo de consentimento no sentido de facilitar a compreensão de sua proposta da pesquisa. A partir da disponibilidade expressada pelas famílias convidadas, a pesquisadora enfatizou o item relativo ao sigilo sobre suas identidades.

Mediante o TCLE, as famílias puderam compreender os riscos e os benefícios de sua participação, sendo esclarecidas que quaisquer dúvidas poderiam ser sanadas durante o processo da pesquisa e que todos poderiam desistir em qualquer momento sem nenhum prejuízo. As sessões foram registradas em áudio e transcritas pela pesquisadora e mestranda.

Capítulo V – Resultados e Discussões

A escolha das famílias foi realizada a partir dos atendimentos com os ex-cônjuges, participantes do Projeto Justiça Educativa de Famílias, cujo objetivo é promover “diálogos e reflexões sobre a situação do litígio”. Conforme foi dito, as famílias formam um grupo interfamiliar, com várias pessoas e diversas histórias. Nesse sentido, durante as transcrições das sessões das famílias A e B, tem-se a colaboração dos participantes do grupo e dos educadores. Para melhor compreensão, os participantes das sessões serão representados pelas siglas: P1, P2, P3.

Os educadores são psicólogos, estagiários de psicologia e alunos da pós-graduação – mestrado e doutorado – que serão aqui representados pelas siglas: E1, E2. Os membros das famílias participantes da dissertação terão nomes fictícios e as intervenções da mestrandia serão sinalizadas pelo nome: Educadora. A seguir, apresenta-se a primeira família das duas que foram analisadas nessa dissertação.

Família A:

Essa família é composta por Lílian, uma mulher de 48 anos que, ocupa um cargo como funcionária pública, está divorciada há cinco anos e, desde o divórcio, não se envolveu com mais nenhum parceiro afetivo. A abertura do processo na justiça partiu dela, com o objetivo de reivindicar a pensão alimentícia da filha, uma adolescente de 16 anos que chamaremos de Laura (nome fictício).

O pai não compareceu a nenhum dos encontros do projeto, mas as informações passadas por Lílian e Laura são de que ele é um homem de 38 anos, trabalha como comerciante dono do próprio negócio, e casou-se novamente, com uma funcionária do seu estabelecimento. Atualmente ele tem uma filha de três anos dessa nova relação e,

segundo a filha Laura, o pai queixa-se que ela só o procura para pedir dinheiro. Foram realizadas cinco sessões com a mãe e a filha.

1º Sessão - Grupo: Os participantes entram na sala e sentam nas cadeiras formando um círculo. Lílian é uma mulher bem comunicativa, entra na sala com sua filha. Laura, uma moça de 16 anos, que usa uniforme escolar e fones nos ouvidos, senta-se ao lado da mãe (Lílian) repousando sua cabeça sobre os ombros dela e não aparenta estar interessada no que aconteceria ali. Após o período de apresentações dos participantes, uma das educadoras lança a pergunta:

E1: Laura, caso você queira ficar mais à vontade, nos temos uma psicóloga que fica com os adolescentes em outra sala, você gostaria de ir para lá ou quer ficar aqui mesmo com todos nós?

O convite foi realizado a fim de que Laura se sentisse mais a vontade para expressar suas emoções.

Laura: No início, mostra-se desinteressada, olha para a mãe, aparentando buscar uma resposta para a pergunta que lhe foi direcionada, Lílian por sua vez, gesticula, acenando com a cabeça, em sinal de positivo, Laura olha para a educadora e diz: Tá bom eu vou.

Educadora: Lílian, o que te traz aqui hoje?

Lílian: Esboçando um largo sorriso diz: Eu não tenho problemas, o meu caso é que o pai dela (Laura) não paga pensão e eu não tenho nada com isso, eles que precisam resolver, ele que tinha que estar aqui, mas não veio e nem acredito que vai vir, porque ela já é uma moça, precisa de dinheiro para ir no salão, comprar as coisas dela, e eu não consigo pagar tudo, ele paga a escola, quando pede e olha lá, tem que ficar implorando, sendo que isso é obrigação dele, mas a Laura também não gosta de ir para a casa do pai, aí ele acha que estou colocando ela contra ele, mas não posso obrigar ela a ir, então fica

difícil por que eles não se dão muito bem, mas também, ele marca com ela de sair e deixa a menina esperando, toda arrumada, fez isso até no aniversário dela.

Conforme o discurso da mãe, a questão principal que atravessa essa família é o financeiro, emergindo com um peso considerável. Essa família, participante do projeto, é formada pela mãe e filha, que estiveram presentes nas sessões, e representam a configuração de famílias monoparentais, cuja constituição é feita somente por um dos genitores (Dias, 2011).

Os autores Carter e McGoldrick (1995), Relvas (1996) e Alarcão (2006) apontam a importância em enxergar os desenhos de família, independente de sua forma configuracional, haja vista que, no decorrer dos tempos, a família passa por mudanças no nível estrutural e no nível configuracional. Peres (2001) afirma que os desenhos das famílias, a forma como elas estão constituídas, vão sendo transformadas pelos seus movimentos (casamento, divórcio, litígio), que refletem a singularidade e a complexidade que envolve a relação entre os seus membros.

Nesse sentido, para o caso acima, a falta da presença do pai na vida da adolescente e durante as sessões, pode se tornar um limitador ou não para o desenvolvimento da família, isso dependerá das produções subjetivas que cada pessoa construiu nesse processo. Os sentidos subjetivos, ou as produções simbólicas emocionais das pessoas envolvidas no litígio, são a via de acesso ao coração do problema (Peres, 2014). Dessa forma, a interpretação dos sentidos subjetivos, revelados por cada pessoa, servirá de norte para a produção teórica do pesquisador.

Nesse caso, percebe-se que Lilian produziu um sentido de que a filha não manifesta nenhuma vontade de ir para a casa do pai, e que ela como mãe, não possui nenhuma participação para que isso acontecesse ou para que estivesse vivenciando o litígio.

Peres (2013) trabalha a expressão “sujeito subjetivado” de González Rey (2003, 2013) com as famílias nesse contexto de litígio e mostra que cada sujeito é capaz de gerar soluções para os seus próprios problemas. Para que isso ocorra é essencial que o sujeito se assuma nesse processo, sabendo e reconhecendo qual foi a sua participação para estar vivenciando o litígio.

Sobre a possibilidade de alienação parental trazida pela mãe, temos em Peres (2013) a afirmação de que os filhos, mediante à alienação parental, não podem ser considerados, meros reprodutores das representações construídas pelo genitor guardião para o genitor “distante”, ou vice e versa, mesmo que a adolescente seja atravessada por essas emoções produzidas pelos pais em litígio, ela ou qualquer filho nessa situação, também tem capacidade para produzir suas próprias emoções e conclusões.

2ª Sessão: Realizada pela educadora (pesquisadora) apenas com a adolescente.

Educadora: Laura, pelo o que eu entendi, falar com seu pai não está sendo uma tarefa fácil, e fico aqui imaginando como deve estar sendo difícil pra você, passar por toda essa situação, mas ainda assim, não consegui entender o que te afastou realmente do seu pai...

Laura: A adolescente suspira, como se estivesse cansada, acaricia a ponta dos cabelos com os dedos, direciona o olhar para a educadora e diz: Olha, assim, meu pai não paga a minha pensão e eu que tenho que ficar ligando pra ele sempre, ele não gosta, fala que só ligo para pedir dinheiro, mas não é bem assim, eu vou lá passo na loja dele que fica perto da minha casa, converso um pouco com ele, mas logo a gente briga...é impossível.

Educadora: Qual foi a última vez que você conversou com seu pai sem que o assunto principal fosse a pensão?

Laura: Esses dias mesmo eu fui lá na loja e conversei com ele, aí no final da conversa que eu falei do cheque dos meus materiais de escola que vão cair logo, e minha mãe precisa do dinheiro e fica me cobrando. Então eu fui lá... mas eu também queria ver ele, ver minha irmãzinha...

Educadora: Interessante sua história, mas vou repetir minha pergunta e gostaria que você ouvisse com atenção. Qual foi a última vez que você conversou com seu pai sem que o assunto fosse o dinheiro?

Laura: Esboçando um sorriso meio sem graça diz: Uai (risos) esse dia... ah é por que eu tinha que falar, se eu chegasse em casa sem uma resposta do dinheiro do cheque para a minha mãe eu ia ouvir aquele blábláblá todinho de novo...

Educadora: Que blábláblá seria esse?

Laura: “Por que você não cobrou seu pai?” “Você sabe que eu trabalho muito, mas não do conta de ficar pagando tanta coisa para você...” “ele é seu pai tem que ajudar...” “Minha mãe mal fala com meu pai, então eu que tenho que cobrar ele sempre!”

Educadora: Ah, então você passou na loja do seu pai para cobrá-lo do cheque e não para vê-lo?

Laura: A adolescente sorri novamente e diz: Eu passei mais por causa do cheque, mas também queria ver ele, foi para as duas coisas.

Educadora: Laura, você já pensou em como deve ser conversar com uma pessoa que só fala em dinheiro o tempo todo? Como você se sentiria?

Laura: Com os olhos arregalados e a cara espantada diz: Nossa!!!! (risos) seria ruim, sei lá... me sentiria usada.

Educadora: Será que seu pai não está se sentindo assim também?

Laura: Eu não queria que fosse assim (chorando muito), eu tento, mas ele não quer saber de mim, a gente marca de sair, ele não aparece me deixa plantada, não está nem ai pra mim, nem me liga pra desmarcar, me deixa igual uma idiota lá esperando e eu também não vou atrás dele, só quer ficar com a família perfeita dele, se ele não me quer eu também não o quero.

É interessante observar que a problemática inicial que norteia essa família para o litígio é a materialidade, ou seja, o dinheiro, a pensão alimentícia. Na experiência obtida nesses dois anos trabalhando com famílias em processo de litígio, pude perceber que a grande problemática está na linearidade que a situação das pessoas é interpretada.

Morin (2005) fala que quando o conhecimento científico obedece aos modos simplificadores e lineares, a realidade e os fenômenos são mutilados, produzindo mais cegueira do que elucidações. Se olharmos para a sessão de modo linear, atento somente ao discurso pronto que a adolescente carregava, de que o motivo para ela estar ali era por que o pai não pagava a pensão, dificilmente acessaríamos seus reais motivos.

Educadora: Imagino como deve estar sendo difícil Laura, você conseguiria dar nome para o que você sente quando fala do seu pai?

Laura: Amor (choro)... é o que eu sinto, tenho raiva também por ele não querer mais sair comigo, a gente era tão ligado, tudo era tão bom, por que depois que ele traiu minha mãe com essa mulher que era funcionaria dele lá da loja e agora casou e ainda teve filha, tudo mudou, tem três anos que eu não vou na casa do meu pai e acho que ele já esta cansado do tanto que ele me chamava pra ir lá, mas eu não vou se a mulher dele tiver lá... eu não posso fazer isso... ai eu não sei mais...

González Rey (2011) diz que o pesquisador não pode se guiar por respostas fáceis. Isso quer dizer que quando trabalhamos com a subjetividade, temos que

desenvolver o próprio modelo teórico, abrindo novas zonas de inteligibilidade sobre o que está sendo estudado.

Dessa forma, o dinheiro configura-se como uma moeda de troca para essa família. Laura, a todo tempo, se mostrava uma adolescente “descolada”, despreocupada com seus sentimentos, querendo apenas resolver a questão financeira juntamente com sua mãe, mas quando é convidada a refletir sobre a sua situação, Laura é capaz de reconhecer as emoções que produziu na relação com esse pai, o amor e a raiva.

Morin (2005) afirma que a complexidade no ser humano só pode exprimir o que o incomoda, a confusão, nossa incapacidade para definir as coisas de forma simples, para, então, nomear de modo preciso, para organizar as ideias. Os questionamentos durante as sessões colaboram exatamente para que isso ocorra, mostrando a complexidade da contradição e como ela se faz necessária para acessar os sentidos subjetivos gerados na relação com o outro.

O comportamento despreocupado da adolescente e de sua mãe, na primeira sessão, sinalizava que não existia nada mais além do financeiro e que elas estavam ali porque a juíza encaminhou para entrar num acordo sobre a pensão. O método escolhido para se trabalhar e analisar essa dissertação é o construtivo-interpretativo (González Rey, 2005) que permite quebrar a linearidade das respostas prontas, fato que pode ser percebido em algumas pesquisas que utilizam o questionário como fonte de dados, carregando categorias esquemáticas que engessam a subjetividade do ser humano.

Trabalhar no Projeto Justiça Educativa das Famílias, realizado por meio do diálogo e da reflexão, foi o caminho necessário para construir esta dissertação. Para que as famílias compreendam o litígio, Peres (2013) propõe que os seus membros dialoguem e reflitam sobre as suas contradições nele implicadas, e foi o que aconteceu com Laura.

A análise das construções, desta pesquisa, segue os princípios da epistemologia qualitativa ou o que propõe González Rey (2005, p. 55):

O sujeito pesquisado não está preparado para expressar em um ato de resposta a riqueza contraditória que experimenta em face dos momentos que vive no desenvolvimento da pesquisa. A resposta, como construção complexa que implique o sujeito, se desenvolve no curso da pesquisa.

Nesse seguimento de desenvolvimento do processo, a educadora questiona:

Educadora: O que você não poderia fazer Laura?

Laura: Eu não posso ir na casa do meu pai se a mulher dele tiver lá, ele traiu minha mãe com ela, não posso fazer isso com minha mãe, se eu fizer isso vai ser mais uma traição pra ela, você consegue imaginar isso? Minha mãe não merece isso... eu não posso...

Educadora: Mas você perguntou para a sua mãe se ela ficaria incomodada se você fosse na casa do seu pai enquanto sua madrasta estivesse lá?

Laura: Nunca perguntei, mas não precisa eu sei como minha mãe ficou magoada com essa história, com a forma que foi, aquela mulher arruinou tudo, e se eu for lá sentirei que estou traindo a minha mãe.

Outro ponto importante é a atitude que Laura toma, em não conseguir compartilhar suas questões com a mãe, isso mostra que o diálogo não está sendo exercido entre elas. Peres (1997) diz que a comunicação se torna parte do processo de subjetivação das famílias, a autora discute que a qualidade relacional da família está interligada ao exercício de comunicação que expressa o grau de intimidade que ela apresenta. Para essa família, a comunicação acontece de modo insuficiente e isso é refletido em suas relações.

Sessão3: Grupo

Educadora: Lilian, estamos na terceira sessão, e sempre vejo você muito participativa, colaborando com os demais participantes, dando exemplos, ideias, mas eu queria ouvir um pouco de como você está se vendo nesse processo. Quando você chegou aqui na primeira sessão, disse que na verdade você não precisava estar aqui, mas que quem deveria vir era sua filha e o pai dela, você ainda pensa assim?

Lilian: Na verdade foi muito bom ter vindo, é sempre bom falar, desabafar, eu aprendi muito, gostei de estar aqui, e queria muito que meu ex tivesse aqui, sinto que poderíamos ter aproveitado mais, e quem sabe resolver o que precisa né? Mas está sendo bom demais, por que hoje eu vejo que tem mais gente passando por situações difíceis, a minha história chega a ser até mais fácil.

Educadora: Que bom que participar do grupo esteja sendo proveitoso para você e sobre a última sessão o que você conseguiu refletir?

Lilian: Ah aconteceu uma coisa essa semana, eu conversei com a Laura sobre as nossas sessões aqui, perguntei o que ela estava achando, como ela estava, ela não falou muito, só disse que se sentiu mais aliviada e que hoje não pode vir por que tinha simulado na escola, mas fiquei feliz em ver que minha filha está mais tranquila, essa semana ela ligou para o pai dela, e eles conversaram bastante, e eu nem precisei pedir! Acho que estão se acertando, e isso é tudo que eu mais quero e que ele pague a pensão também (risos).

Educadora: Interessante seu posicionamento Lilian, você quer que a Laura e o pai dela se dêem bem. Mas qual seria a sua participação para que isso acontecesse?

Lilian: Eu tento ajudar falando para ela ligar para o pai, dizendo que ele é o pai dela.

Educadora: E você pede para ela ligar para o pai por algum motivo em específico?

Lilian: Para conversar, se aproximar... e às vezes para avisar que ele precisa pagar algumas contas dela...

Educadora: Então você cobra da Laura aquilo que na verdade deveria ser conversado entre você e o pai dela?

Lilian: (Pensa um instante) Mas ela já é uma moça tem que resolver essas coisas

P1: Posso falar uma coisa?

Educadora: Claro P1 fique à vontade!

P1: Isso que é ruim, você me desculpa falar Lílian, mas é por que minha ex faz eu me sentir assim também, parece que a mãe só vê o pai como um banco, só serve para pagar as coisas, e não é assim não, a gente também quer ser pai, às vezes o cara tá chateado por que a menina só deve ligar para ficar cobrando o dinheiro, cadê o carinho?

Educadora: olha só, então você acha isso P1, Você já pensou nisso Lilian?

Lilian: Eu acho que sim, mas se ele pagasse isso não aconteceria, eu não tenho problema nenhum com o pai dela, ele com a vida dele pra lá e eu com minha vida pra cá, mas eu falo para ela ligar pensando que isso pode ajudar, sei lá quem sabe assim ele (o pai) poderia dar mais atenção pra ela... mas do jeito que está, ela só vai se afastando, cada vez mais.

Educadora: Estou aqui pensando nas coisas que você me disse Lilian, interessante essa “coisa” de se afastar né? Por que será que uma filha se afasta do pai? Será que é por ele não pagar a pensão em dia? Eu gostaria que o grupo me ajudasse a pensar sobre isso...

Lilian: Fica pensativa, com o rosto bem corado...

P3: Eu acho que eu e minha ex-mulher, temos culpa nisso, por que os dois já falaram coisa demais perto da menina, aí a cabeça fica confusa, não pode ficar brigando e falando mal do outro perto da criança, e a gente acaba fazendo isso e o filho sofre demais...

Educadora: Interessante isso que você trouxe P3, isso já aconteceu com você Lilian?

Lilian: Esboça um sorriso amarelo e diz: É já aconteceu sim... mas é de momento, hoje eu já estou tranquila.

Educadora: Mas será que a Laura compreendeu que aquilo que você falou do pai dela foi apenas de momento?

Lilian: A participante cruza as pernas e balança o pé, parece se sentir desconfortável com a pergunta, mas responde: (Suspira) acho que sim, ela se afastou mesmo por que ela não gosta de ir na casa do pai dela, tanto é que tem três anos que ela não vai lá (sorri um pouco) ela não suporta a madrasta...

Educadora: É mesmo? Estou me imaginando no lugar da Laura, três anos sem ir na casa do pai, deve ser difícil... O que vocês acham disso grupo? Vamos imaginar em como deve ser para uma filha de 16 anos que antes do divórcio dos pais tinha uma boa convivência com o pai, com a mãe e depois quando eles se divorciam, as coisas mudam, não sei, mas me dá uma sensação de que o filho tem que escolher o lado que ele quer ficar... o pai ou a mãe? É isso mesmo?

P3: Isso é verdade, a gente quer o filho só pra gente... essa menina tá sofrendo com certeza! A minha sofre demais com as coisas que a família da minha ex fala para ela de mim, e eu sempre digo que não é verdade, mas quando ela crescer será mais fácil de explicar, mas estou me esforçando para as coisas melhorarem.

Educadora: Grupo, eu pergunto para vocês. Quem está em litígio aqui, será que são vocês e seus ex-cônjuges realmente? O que seus filhos têm a ver com as histórias de vocês enquanto casal?

Lilian: A participante apresenta estar refletindo no que está sendo construído ali e diz: Eu não quero ver minha filha sofrer por isso, realmente a discussão é minha e do pai dela, ele é meu ex, mas continuará sendo pai dela.

Educadora: Fico feliz que você perceba que sua filha sofre ao ver os pais assim. Tente observar, prestar atenção nos detalhes daquilo que realmente sua filha tem para dizer, imagine-se no lugar dela, como deve ser difícil ligar para o pai e ter que cobrá-lo toda vez e, além disso, ter que escolher um lado certo da história, o pai ou a mãe... Pense nas suas atitudes durante todo esse tempo de separação do seu ex, o que de fato você tem demonstrado para a Laura...

González (1995, 2003) traz a comunicação como integração do complexo processo configuracional da subjetividade. A subjetividade pode ser definida "como a organização dos processos de sentido e significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis do sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua" (González Rey, p. 35).

Nesse caso, percebe-se que Lilian, durante o processo de divórcio, gerou um sentido subjetivo de que estava ajudando a filha a aproximar-se do pai, quando dizia: "Liga para ele é seu pai" ou "vai lá na loja e diga que o cheque vai cair, preciso do dinheiro na conta". Lilian não conseguia enxergar-se participativa nessas questões vivenciadas pela filha. Desse modo, ela atribuía à causa de todas as desavenças vividas pelo ex-casal à pensão e, inclusive, pelo fracasso da relação pai e filha.

Em contrapartida a filha gerou um sentido subjetivo de que se fosse à casa do pai estaria traindo a mãe. Por tudo que já tinha visto e ouvido os pais discutirem, ela obteve a ideia de que isso seria imperdoável aos olhos da mãe.

4ª Sessão: Grupo

Educadora: Lilian, como você saiu daqui na semana passada?

Lilian: Nossa, sai daqui pensando muito, saiu até fumaça da cabeça (risos).

Educadora: É mesmo (risos) isso é bom! Então você está me dizendo que conseguiu refletir Lilian?

Lilian: Sim, pensei muito na minha filha, a Laura, ela está numa situação difícil, por que na verdade é bem aquilo que conversamos na sessão passada, os filhos não têm nada a ver com isso, eu que me separei do pai dela e não é por isso que ela também vai se separar do pai, é ruim ter que escolher entre o pai e a mãe né? Então eu chamei a Laura para conversar e foi bom demais por que esclarecemos algumas coisas, mas acho que o principal e sobre ela ir para a casa do pai, eu achava que ela não queria, mas conversando com ela eu vi que não é bem isso que ela quer, é importante deixar as coisas claras e foi o que fizemos essa semana.

E1: Meus parabéns (levanta sorrindo e aperta a mão dela).

Educadora: Que ótima notícia Lilian!

Nessa sessão, Lilian, consegue expressar que conseguiu refletir em suas ações e começa a entrar em contato com suas emoções, se responsabilizando e enxergando que mesmo sem perceber, alimentava a situação litigante, fazendo com que a mesma fosse postergada. A percepção da mãe no que tange a comunicação com a filha foi refletida e exercitada, mostrando que com a metodologia do diálogo e a reflexão é possível sim, acessar as emoções do sujeito de forma intensa, sem a necessidade de uma

terceira pessoa mediasse à problemática. Afinal, o sujeito é mediado por ele mesmo (Peres, 2014).

5ª Sessão: Realizada pela educadora (pesquisadora) com a adolescente

Educadora: Laura, como você passou a semana?

Laura: estou bem, consegui ligar para o meu pai e nós saímos para lanchar, foi muito bom, não falamos em dinheiro...

Educadora: Que notícia boa Laura, parabéns pela iniciativa!! E como foi?

Laura: Foi divertido, estava com saudades, me senti bem.

Educadora: Eu imagino como você deve ter ficado contente e imagino que seu pai também. E vocês já combinaram o próximo encontro? Será que poderia ser na casa dele? Já pensou nisso (risos).

Laura: (risos) pensei sim, a gente combinou de se encontrar na semana que vem e se ele me chamar acho que vou, ele é meu pai e foi tão bom ver ele (risos).

O dinheiro pode ter uma grande representação simbólica para a família. Carter e McGoldrick (1995) explanam que, dos sete fatores que corroboram a instabilidade conjugal, quatro são de ordem financeira: Instrução escolar, Salário, Emprego e Nível Socioeconômico.

O cerne da problemática dessa família está para além do dinheiro, fato que fica visível no atendimento clínico. O caminho percorrido pela mãe e a filha, durante os atendimentos, propiciou maior reflexão sobre a participação que cada uma teve para o momento que vivenciavam no litígio.

O processo construtivo-interpretativo é isso. Perceber as construções singulares de cada sujeito frente às informações diferentes e contraditórias que os atravessam a todo o momento, sem usar da linearidade esperada, como, por exemplo, a classificação

das etapas, dos sintomas e motivos que são apresentados e que as pessoas vivenciam no divórcio e no litígio, como apontam Carter e McGoldrick (1995) e Maldonado (1986).

González Rey (2005) fala da importância de abrir novas zonas de sentido, traçar novos caminhos que proporcionem inteligibilidade para o problema. Na família A, a mãe pedia para a filha cobrar a pensão do ex por meio de ligações e, com isso, se isentava do problema e acabava transferindo a responsabilidade para a filha que se distanciava cada vez mais do pai.

A filha, por sua vez, consegue compreender como é estar no lugar desse pai, e isso serve como um disparador para acessar as suas reais emoções, permitindo que ela reflita sobre o seu papel nessa relação. A comunicação estava desconexa e isso implicou em processos indesejáveis de subjetivação nesta família (Peres, 2001) tendo em vista que mãe e filha conseguiam conversar, mas não dialogar.

Com a produção de novas zonas de sentido, a mãe consegue dialogar com a filha e perceber que a Laura estava sofrendo e que sentia falta de se relacionar com esse pai. A pensão alimentícia entra como pano de fundo já que, apesar de ser dito que ela era o motivo para o litígio no primeiro momento; a verdadeira causa que levou essa família ao litígio foram as emoções produzidas nesse processo de divórcio e litígio.

Mesmo com o pai não participando das sessões, foi possível perceber a mudança a partir da compreensão dos sentimentos que norteavam a mãe e a filha, ampliando a subjetivação familiar (Peres, 2001). Na última sessão com a adolescente, ficou evidente a vontade e a leveza que ela ao falar com o pai e o mesmo era sentido pela jovem no que tangia o pai no último encontro deles, mostrando que o dinheiro não entra como causa, mas, sim, como artifício que camufla as emoções.

Família B: Bruna (nome fictício) é uma mulher de 39 anos, que tem a profissão de professora universitária e é bem comunicativa. Ela possui doutorado em sua área de atuação e orgulha-se em ser militante de causas sociais. Sua condição financeira é bem mais estável que a do ex-marido que, para este estudo, será chamado de Marcelo. Ele é arquiteto, tem 40 anos, e se queixa que a separação aconteceu por que a mulher mudou demais, não sendo a mesma pessoa com quem ele se casou. Os ex-cônjuges possuem uma filha com três anos de idade. A filha do casal também participou dos atendimentos, mas de forma separada com psicólogas destinadas a crianças.

1ª Sessão (Grupo)

Educadora: O que trazem vocês aqui hoje?

Bruna: Se movimenta na cadeira, parece estar inquieta, escuta os outros participantes contarem suas histórias...

Educadora: Você gostaria de falar alguma coisa Bruna? Fique à vontade

Bruna: Eu tentei ficar quieta, mas não consigo é mais forte do que eu (demonstra agitação, fala rápido e de forma ansiosa, gesticula bastante) já que estou aqui, vou aproveitar, até tentei ficar quieta, só escutar, mas não faz parte de mim guardar aquilo que estou sentindo, eu preciso falar! Eu estou aqui por motivos bobos, mas que quando analisados se tornam grandes! Eu fui casada por 10 anos com este homem (aponta para Marcelo que está sentado quase a sua frente), nos fomos imensamente felizes, construimos uma família linda, nos divertíamos, era maravilhoso, ele é um paizão, mas nos últimos tempos eu não sei o porquê ou como, está tudo muito confuso, mas estamos aqui por encaminhamento da juíza, já que não entramos num acordo sobre o apartamento que compramos juntos, mas que na verdade eu paguei bem mais parcelas que o Marcelo, então não acho justo que ele fique com o apartamento que estou pagando com um dinheiro tão suado.

Educadora: E que acordo seria esse?

Bruna: Eu não quero vender o apartamento, quero morar nele com minha filha, acho que é justo por que eu paguei bem mais parcelas que ele. O Marcelo quer vender o apartamento, mas fico com o coração apertado, está tão difícil conseguir um apartamento bom, igual o nosso não quero vender.

Educadora: Então vocês estão aqui hoje por que não conseguiram entrar num acordo sobre o apartamento? É isso? Você gostaria de falar alguma coisa Marcelo?

Marcelo: Esse é o ponto de vista dela, o apartamento é uma das coisas, tem as visitas da nossa filha também, eu quero que ela durma comigo nos finais de semana, e em relação ao apartamento eu organizei os móveis, planejei e fiz muita coisa também ou você se esqueceu Bruna? A verdade é que, se a gente olhar lá atrás, nos estamos aqui por que ela mudou demais nos últimos 10 anos, quando eu casei com ela, era totalmente diferente, outra mulher! Ai depois ela muda não sustenta o que fala e assim não dá, eu casei com uma mulher e essa que está na minha frente é outra.

Bruna: Mudei? Você é intolerante, incapaz de compreender o próximo, quer dizer que eu não posso mudar de opinião? Quando é para você tudo tem que ser o melhor, da sua forma, isso cansa, eu estou cansada, esgotada, e não sei mais o que fazer, por que acho que a gente poderia conversar, mais você é irredutível, eu posso mudar de opinião sim, eu sou assim, hoje eu penso uma coisa, amanhã já não quero mais, e isso te incomoda, por que você quer que eu queira a mesma coisa que eu quis na semana passada e minha vida não é assim, eu mudo de ideia! É terrível, se eu combino na quarta que vamos ao clube no sábado, mas se chegar no sábado eu não posso mudar de ideia e não ir mais, eu não tenho o direito de desmarcar, de não estar mais a fim de fazer o passeio.

Marcelo: Pois é, então eu fui enganado todo esse tempo, por que antes você não era assim, tudo isso está acontecendo por que então?

Bruna: Por que o momento era outro, você não era assim também, nos saímos juntos para lugares tão alternativos, você me acompanhava, apesar que, meus amigos me falavam que não entendiam como que a gente dava certo, alguém como eu que defende causas sociais, militante é casada com um machista como você somos totalmente diferentes, hoje eu vejo isso...

Educadora: Bruna e Marcelo, diante de tudo o que foi falado aqui hoje eu gostaria que vocês pensassem se a causa de vocês estarem aqui é realmente o apartamento, não precisam me responder agora, mas quero que pensem e discutiremos mais na semana que vem.

Ao observar a conversa entre o ex-casal, percebe-se que ambos tentam se justificar e penalizar o outro, salientando os próprios prodígios e apontando os erros e defeitos do ex-cônjuge como a verdade única. É comum se deparar com uma vítima e o algoz no Direito, mas como essa questão é tratada na psicologia?

Quando interpretados por alguns estudiosos da Psicologia, da filosofia e da antropologia, o divórcio e o litígio possuem motivos universalizantes. Para Russell (1977), Maldonado (1986) e Saraceno e Naldini (2003), algumas questões como a religião, a vingança, a traição, o gênero, o dinheiro, entre outras, são mantidas como causadoras do momento de separação do ex-casal e nesses casos sempre há vítima e algoz, o certo e o errado.

Para o Direito, segundo a interpretação de Jong (2014) a seguinte expressão: “O vencedor leva tudo” vem se tornando, cada vez mais, frequente entre os advogados. Observa-se que essa visão também é trazida pelo ex-casal. Isso porque um deles, no

caso, a Bruna, argumenta como não sendo justo vender o apartamento e dividir o dinheiro com o ex-cônjuge pelo fato de ter pagado mais que ele.

Jong (2014) pontua ainda que, ao se tratar do Direito de família, as coisas precisam ser interpretadas de uma maneira diferente, já que depois do ganho de causa, as pessoas (partes) ainda precisam se relacionar, pois possuem vínculos, laços de sangue. Nessa perspectiva, o autor entende que a cautela deve ser mantida. Peres (2014b) afirma que a constituição do litígio é comprometida com as configurações subjetivas dos membros da família, que orientam as suas ações.

Neste caso, os ex-cônjuges, Bruna e Marcelo, a partir de suas experiências, ou seja, dos sentidos subjetivos gerados na relação, alimentam a prorrogação do litígio por meio do bloqueio da venda do apartamento. Diante disso, cabe questionar: seria essa a causa do litígio?

2ª Sessão: (Bruna compareceu ao grupo, Marcelo faltou)

Educadora: Bruna, me parece que hoje você não está muito bem, estou certa sobre minha impressão?

Bruna: Ai, hoje eu estou meio cansada, não estou dormindo bem, muita coisa acontecendo. Ah, o Marcelo pediu para avisar que hoje ele não pode vir por conta de um trabalho que ele precisa resolver.

Educadora: Tudo bem. Você gostaria de compartilhar com a gente o que você está sentindo nesse momento?

Bruna: Essa situação né... Nossa eu estou acabada! Pensei demais naquela pergunta que você deixou para a gente no final da última sessão. É difícil porque não estou compreendendo o que estou sentindo (choro), eu vou aproveitar que o Marcelo não veio hoje e vou dizer, mas não tem problema se ele tivesse aqui também. Aquele

cara, (passa as mãos na cabeça, gesticula muito enquanto fala) não adianta, quando eu o vejo meu coração bate forte, e aquele dia, na sessão passada, ele estava lindo, (Os participantes do grupo riem) com uma camisa tão bonita, eu adoro quando ele se veste daquele jeito... ele meche comigo, não adianta...

P1: Bruna, vocês se gostam, tá na cara, e simples de resolver, é só voltar!

Bruna: Se fosse fácil assim, tem muita coisa embaralhada aqui dentro (coloca a mão no peito).E no meio disso tudo tem nossa filha que é muito esperta, ela vive perguntando o porquê do Marcelo não voltar para casa. Essa semana mesmo, com três aninhos, olha só o que ela fez, ela pegou a minha cabeça e a do pai dela e fica juntando para a gente se beijar, mas o pai dela é resistente, fica nessa de que eu mudei que, não sou mais a mesma, ai quando me lembro de tudo isso, me desanima, sinceramente, estou muito para baixo hoje...

Educadora: Eu compreendo Bruna, acho que quando refletimos a situação vai ficando mais clara, mas entrar em contato com o que sentimos de verdade nem sempre é uma tarefa fácil... mas, e hoje se eu te perguntar qual foi o motivo que trouxe você e o Marcelo aqui, o que você me diria?

Bruna: É muito mais complicado do que a gente pensa...

É nítido que Bruna está atravessada por várias emoções. Hanns (2013) afirma que em situação de litígio, você tem que negociar e construir consensos, ter habilidades para lidar com as convergências e ser adulto e ponderado. Falando ao parceiro sobre o desejo da separação, escutá-lo, ouvir a opinião de terceiros e depois resolver como será a separação.

Tal prática seria simples e ideal se não houvesse a presença da subjetividade e das emoções geradas nesse processo. Peres (2014b) afirma que o litígio é cercado por uma compreensão reducionista, mecânica, quem sabe até intervencionista, que atrapalha

a conscientização das famílias, para que elas possam assumir a condição de sujeitos de seu processo. Diante disso, Bruna percebe que a real questão que os mantinha em litígio não girava em torno da falta de acordo sobre a venda do apartamento, mas, sim, das emoções produzidas por eles nesse processo.

Sessão 3: Grupo, Marcelo e Bruna.

Educadora: Marcelo, sentimos sua falta, na última sessão, mas gostaria de saber o que você conseguiu refletir sobre sua última sessão aqui com a gente?

Marcelo: Eu acho que as coisas são simples de se resolver, o problema é a inconsistência das pessoas. Acho justo vender o apartamento, apesar de não querer, por que foi tudo planejado como queríamos, mas acontece, faz parte da vida.

Educadora: Como você está se sentindo vivendo toda essa situação?

Marcelo: Eu fico querendo ver minha filha mais vezes, quero que ela durma comigo.

Bruna: Nós já conversamos sobre isso Marcelo, ela tem três anos é muito pequena, não tem condições, ela precisa da mãe ao lado dela... já falei, você tem a chave do apartamento, pode ir vê-la a hora que quiser, ele nem entra mais no apartamento, nossa tem umas picuinhas bobas...

Educadora: Por que será que às vezes aparecem essas “picuinhas bobas” nesse momento que vocês estão? Marcelo nesse momento eu peço que você se atente para o que está sentindo, para as suas emoções e não para os fatos.

Marcelo: Tudo bem, mas é simples. Já estamos separados não é? Não foi isso que você quis Bruna? Então, eu não sei o porquê de dificultar as coisas, está tão simples, tá vendo só como ela é inconsistente.

Educadora: Marcelo, vire-se para a Bruna e olhe para ela, me diga o que você vê?

Marcelo: Eu vejo uma mulher com quem fui casado e feliz, mas que hoje não reconheço mais... Eu já falei para ela, eu sou como um termômetro, antes o meu gostar por ela estava lá no noventa e tantos, agora está mais baixo e com essas coisas acontecendo vai cada vez baixar mais e o termômetro nunca mais volta a ser o que era antes, ele nunca mais volta para os noventa e tantos só vai baixar.

Educadora: Interessante, então você está dizendo que você nunca muda de ideia? Como isso é possível?

Bruna: Olha ai ta vendo, por isso que a gente separou, isso é terrível, eu não consigo, você é inflexível, essa história de termômetro de novo, se você não gosta fala, é simples, agora só fala que está abaixando, toda vez a mesma coisa, é impossível, difícil demais.

P3: Posso falar uma coisa, eu não sou baú para guardar segredo, (risos) e eu vou falar. Cara você não veio na sessão passada, mas a Bruna te ama, está na cara, acho que vocês precisavam sentar e conversar melhor, tá fácil de resolver.

Bruna: Não é bem assim, posso até gostar, mas quando converso com ele me lembro porque nos separamos. Eu sou a mulher que levanta cedo, trabalha, paga conta, cuida da filha. Agradeço a ele demais por despertar em mim o desejo de ser mãe, fui mãe tarde com 39 anos, e foi graças a ele, por que eu não queria, vivi sim momentos bons com ele mas, acabou não consigo. Estamos aqui por que quando se trata dele, tudo tem que ser o melhor, roupa boa, sapato caro, ele tem uma coleção de arma branca caríssima, ele tem o maior enjoo com ela, mas pergunta quando foi que ele comprou um sapato para a filha? Não precisa, estou lá! Ele é arquiteto, não tem trabalho todo mês, então quem banca as contas fixas, parcelas do apartamento, do carro sou eu! Ele já ficou

três meses sem trabalhar e eu bancando tudo, isso é justo? Ai é só o termômetro dele que baixa, ah, tenha paciência...

A representação simbólica do dinheiro obtém um peso considerável no litígio. Para Henchoz (2008), a gestão do dinheiro masculino é sempre mais valorizada que a do dinheiro feminino e das responsabilidades adquiridas, mostrando que, com a chegada das crianças na família, tal prática é aumentada. Russell (1977) fala do amor romântico referindo-se a este como algo belo e maravilhoso, mas que não corresponde à realidade do casamento, que caminha por trajetos puramente econômicos.

Percebe-se que, para Bruna, ao ter seus sentimentos exteriorizados pelo participante do grupo ao seu ex-cônjuge, esta adota uma postura de defesa e utiliza o dinheiro para se “proteger”, camuflando novamente as suas reais emoções. Marcelo caminha com um olhar cartesiano, sempre se enxergando fora do processo, o que dificulta, mas não impossibilita que ele reflita sobre as suas ações, já que ele era desafiado a isso.

4ª Sessão (Grupo)

Educadora: Marcelo, na última sessão, eu sai daqui com um pensamento e gostaria muito que você me ajudasse a compreendê-lo. Eu tive a sensação de que você tem um olhar cartesiano para a sua história, sempre se vê do lado de fora, e eu queria que você me contasse qual foi a sua participação para que vocês chegassem até aqui hoje?

Marcelo: (Fica com o rosto vermelho) e diz: Eu também tive culpa, mas é meu jeito, quando eu combino algo com alguém não gosto de mudar nada.

Educadora: Mas será que a vida é tão linear assim? Pense bem, e quando os imprevistos acontecem? P2 me fale qual a sensação que você tem quando vê o Marcelo falar a história dele.

P2: Inflexível, acho que todos nós temos participações para estar aqui hoje, e as vezes não adianta só uma pessoa se esforçar, nada, nada e morre na praia, não adianta é orgulho ferido.

Segundo Gonzalez Rey (2005), a discussão tematizada, como no caso acima, promove o debate e a confrontação de ideias entre os participantes, colaborando para a reflexão. Peres (2014b) salienta que a partir dos debates realizados no grupo interfamiliar, ocorre uma confrontação de ideias por meio das quais os ex-cônjuges entram em contato com as suas singularidades, o que serve de disparador para que o sujeito expresse sua subjetividade.

5 Sessão: Grupo

Bruna:... Eu reconheço que apesar das minhas escolhas, em levantar uma bandeira, de ser militante de causas que eu acredito, ser forte, eu quero um lar, uma família, e tem que ser a nuclear, pai, mãe e filha. Falar isso vai contra quase tudo aquilo que eu defendo, as causas feministas, a forma que eu discurso. O Marcelo é machista, intolerante, mas é o pai da minha filha e não sei quando ou como iremos resolver tudo, mas pelo menos hoje consigo compreender o que eu sinto melhor.

Marcelo:eu gosto da Bruna, mas tenho o meu jeito de ser, acho que precisamos falar e caminhar para a mesma direção, temos um filha, ela percebe tudo o que acontece, e eu sinto falta dela, de vocês, mas vamos conversar mais sobre isso...

O resultado do processo educativo, como propõe Peres (2013), não é configurado como a resolução do litígio, principalmente aqueles com finais felizes, que

todos almejamos, mas é uma tentativa de que com o diálogo e a reflexão o sujeito se movimente e saia da passividade.

É importante observar que Bruna, mantinha um papel social e a partir das reflexões e dos disparadores, as perguntas realizadas pelos educadores, é possível notar que Bruna se percebe em contradição com seus papéis sociais, e isso é um passo importante, o reconhecimento das emoções e a sinceridade em admitir o que lhe é confortável, desejável.

Bauman (2004) traz o amor líquido, e mostra a fragilidade das relações humanas frente aos desejos conflitantes que o indivíduo expressa. Ora desejantes da modernidade das relações, ora se encontram sedentos do conforto que a tradicionalidade oferece.

No caso deste ex-casal foi possível abrir novas zonas de sentido (González Rey, 1997) cuja intenção é a promoção de novos caminhos, mas que esses sejam construídos por eles mesmos, tirando suas próprias conclusões. Esse caminho foi sendo construído por Marcelo, Bruna e a filha deles, de forma singular para cada um deles. No decorrer das cinco sessões, foi oferecida a oportunidade de reflexão e de conhecimento de suas emoções para que, então, decidam o que é melhor para eles.

Capítulo VI – Considerações Finais

Conforme apresentado nesta dissertação, é possível considerar que o litígio vem se tornando uma prática, cada vez mais, frequente no Brasil. Tal acontecimento dispõe de mudanças existentes na cultura, na economia, nos papéis sociais que cada membro da família desempenha. Dentre esses papéis, é dado um destaque maior para o papel social da mulher que, mesmo frente à modernidade, muitas vezes, não consegue abrir mão do conforto que a tradicionalidade da família nuclear oferece.

O objetivo geral de compreender as produções subjetivas das famílias em relação à materialidade financeira no litígio foi atingido. Pois, como demonstrado, por meio da análise das sessões realizadas com as duas famílias escolhidas pelo estudo, o dinheiro surge, em grande parte dos relatos de ex-cônjuges, como causa precursora do litígio e, muitas vezes, como motivo de permanência da situação litigante.

Fica evidente que as questões materiais, financeiras existentes no litígio familiar precisam ser interpretadas de forma única e singular. Isso porque o dinheiro aparece como uma moeda de troca e como pano de fundo para camuflar as verdadeiras emoções dos litigantes.

González Rey (2011) afirma que só percebemos, refletimos e memorizamos aqueles aspectos que ganham sentido subjetivo dentro da configuração subjetiva que emerge no curso da experiência vivida e representada na ação do sujeito.

A família é considerada dinâmica por diversos movimentos, e a singularidade é primordial, já que o simbólico, tendo como exemplo o litígio, pode ser o mesmo para todas as pessoas daquela família, mas as emoções que cada um vivencia é que os tornam diferentes.

Nesse sentido, Coelho (2000) ressalta a importância dos processos históricos e culturais para a mudança de cada pessoa. Dessa forma, observou-se que os papéis sociais construídos pelo homem e a mulher frente ao casamento vem obtendo mudanças significativas para a família.

A mulher encontra-se em constante desafio no contexto familiar, e boa parte das transformações ocorridas no meio familiar advém da trajetória percorrida pela mesma. Dessa forma, os fatores históricos e culturais ganham seu espaço na vida da pessoa, haja vista, pelos aspectos tradicionais e contemporâneos que atravessam há todos que vivem em meio à sociedade.

Tudo isso é interligado a subjetividade e para a compreensão da mesma tem-se que olhar para o principal fator, aquele que se faz preponderante na vida do ser humano que são as emoções construídas nesse processo.

Ao entender a subjetividade existente no ser humano, na família, torna-se possível enxergar as múltiplas facetas que o casamento, divórcio ou litígio carrega, alcançando o conhecimento e autonomia do sujeito diante de suas ações.

Referências

- Araújo, M. F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: Velhas e novas configurações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(2), 70-77.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. 2. Ed. Rio de Janeiro: LCT.
- Arruda, M. C. C. (1996, Jul/Set.). Relação empresa-família: O papel da mulher. *Revista de administração de empresas*. 36(3), 6-13.
- Amaro, F. (2006). *Introdução à sociologia familiar*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares – Uma visão sistêmica – 3º edição*. Coimbra: Quarteto editora.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Baker, A. (2002). What makes an online relationship successful? Clues from couple who met in cyberspace. *CyberPsychology & Behavior*, 5, 363-375.
- Bernstein, A. C. (2002). Recasamento: redesenhando o casamento. In: P. Papp (Org.). *Casais em Perigo*. (pp. 297-322). Porto Alegre: Artmed, 2002.
- Berger, P., & Kellner, H. (1970). Marriage and the construction of reality. In: P. H. Dreitzel, (Org.). *Recent Sociology*. New York: MacMillan.
- Blank, C. (2010, nov.- dez.). Casal, matrimônio e família na integração com a sociedade atual. *Vida Pastoral*, ano 51(275), 25-31.
- Branden, N. (2000). *La Psicología Del amor romântico*. Barcelona: Paidós.
- Brym, R. (2006). “Famílias”. In: R. J. Brym, J. Lie & C. L. Hamlin (Orgs.). *Sociologia: Sua bússola para um novo mundo*. (pp. 356-391). São Paulo: Thomson Learning.
- Bourdieu, P. (1979) *Lá distincion: Critique sociale Du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bowen, M. (1991). *La terapia familiar em laprática clínica*. Fundamentos teóricos (Vol. 2: Aplicaciones). Bilbao, Soain: Desclee de Brouwer.
- Carneiro, N.G. de O. (1994). A Família. *Revista Psicologia Argumento- XII(XIV)*, 11-26.
- Carter, B., & MacGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo da vida familiar Uma estrutura para a terapia familiar*. 2º edição. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. (Reimpressão em 2011). Artmed.

- Coelho, S. V. (2000). As transformações da família no contexto brasileiro: Uma perspectiva das relações de gênero. *Psique*, 10(16), 7-24.
- Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. Ed. São Paulo: Atlas.
- Dias, M. O. (2011). *Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica o processo de comunicação no sistema familiar*. In: Encontro sobre A Família um sistema Dinâmico, organizado pela Comissão Política Distrital do Partido Social Democrata, Pólo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa. Realizado em Mangualde, Portugal.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. 1ª edição. Rio de Janeiro, editora Graal.
- Drucker, P. (2000, jan./fev.). Além da Revolução da informação. *HSM Management*, 4(18).
- Ennes, P. A. (2006). União estável e suas implicações na vida cotidiana. *Revista eletrônica*, 17.
- Ebersohn, S., & Bouwer, C. (2015, mai.). Uma interpretação bioecológica da relação desafios de relacionamento no contexto da família reconstituída. *S. Afri. J. edu*, 35(2), 2-7.
- Escardó, F. (1955). *Anatomia de la Familia*. Buenos Aires: Ateneo, 1955.
- Engels, F. A. (1985). *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. LaFonte. São Paulo.
- Fáveri, M. de, & Tanaka, T. A. (2010, mai./ago.). Divorciados, na forma da lei: discursos jurídicos nas ações judiciais de divórcio em Florianópolis (1977 a 1985). *Estudos feministas*, 18 (2), 359-383.
- Ferreira, A. B. de H. (2004). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3º Ed. Curitiba: Positivo.
- Féres-Carneiro, T. (1997). Escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: reflexão e crítica*, 10(2), 354- 368.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(2), 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Construção e dissolução do laço conjugal. In: T. Féres-Carneiro Et. al. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. (pp. 210-214). Rio de janeiro: Puc-Rio.
- Féres-Carneiro, T., & Ziviani, C. (2010). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: T. Féres-Carneiro. *Casal e Família: permanências e rupturas*. (pp. 83-107). São Paulo: casa do psicólogo.

- Fernandes, P. D., & Oliveira, K. K. S. (2012). *Movimento Higienista e o atendimento à criança*. Artigo apresentado no I Simpósio Regional Vozes Alternativas, Aracajú, SE, Brasil. Acessado em 20 Fev. de 2016, em: <https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>
- Fischer, T.F.C., De Graaf, P.M & Kalmijin M. (2005). Um estudo exploratório sobre a utilização de resiliência em adolescentes médios em famílias reconstituídas após o divórcio. *Sul Africano Journal of Education*, 33(2), 13 páginas. Acessado em 08, Agosto de 2014, em: <http://www.sajournalofeducation.co.za>
- Fontella, G., & Majolo, F. (2015). História e Subjetividade. *E-psico*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acessado em: 03 Março de 2015, em: www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/familia/familia-texto.htm.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Org. introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 15 edição. Editora Graal.
- Frederico, C. (2009). *O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social*. 2. Ed.- São Paulo: Expressão Popular.
- Freyre, G. (1963). *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Giddens, A. (1999). *O mundo na era da globalização*. (trad. Do inglês por Saul Barata), Lisboa: Presença.
- Gomes, I. C., & Paiva, M. L. de S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo*, 8(n. esp.), 3-9.
- González Rey, L. F. (1995). *Comunicación, personalidad y desarrollo*. Havana: Editoria Pueblo y Educación.
- González Rey, L. F. (1999). *La investigación cualitativa em psicologia: rumos y desafios*. São Paulo: Educ.
- González Rey, L. F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, L. F. (2003). *Sujeito e Subjetividade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, L. F. (2004). *O social na Psicologia e a psicologia no social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- González Rey, L. F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, L. F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.

- González Rey, L. F. (2011). *Subjetividade e saúde: Superando a clínica da patologia*. São Paulo: Cortez.
- González Rey, L. F. (2012). O social como produção subjetiva: Superando a dicotomia indivíduo- sociedade numa perspectiva cultural-histórica. In: L.P. de A. Almeida. Importância da produção acadêmica. *ECOS. Estudos contemporâneos da subjetividade*, 2(2), 168-185.
- Hanns, L.(2013). *A Equação do casamento: o que pode (ou não) ser mudado em sua relação*. São Paulo. Ed. Paralela.
- Henchoz, C. (2008). *Le Couple, L'amouret L'argent*. La construction conjugale des dimensions économiques de la relation amoureuse, questions sociologiques. Paris: L'Harmattan.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *População*. Registro civil. Acessado em: 01 de março de 2015, em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default.shtml>
- Jablonski, B. (2005). Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: Novas tendências? In: T.Féres-Carneiro(Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*.(109-134)Rio de Janeiro: Puc- Rio.
- Jelin, E. (1998). *Pan y afectos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Jong, M. (2014). Arbitragem de problemas de separação da família- um complemento útil para a mediação e o processo judicial. *PER: Potchefstroomse Elektroniese Regsblad*, 17(6), 1-38.
- Klesse, C. (2006). Polyamory and its “others”: contesting the terms of non-monogamy. *Sexualities*, 9(5), 565-583.
- Lohr, S.S., & Wasch, E. (1992, dez.). E a “Família Brasileira”? *Revista Psicologia Argumento*, X(XII), 18-22.
- Maldonado, M. T. (1986). *Casamento: término e reconstrução*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução: Eliane Lisboa. 3 ed. Editora sulina.
- Martinez, A. (2005). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson, 2007.
- Neubern, M. da S. (2005). A subjetividade como noção fundamental do novo paradigma: breve ensaio. In: F. L. González Rey. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

- Osório, L. C.(1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Peres, V.L.A.(2001). Comunicação, Processos de Subjetivação e Ruptura entre Famílias e Crianças de Rua. (Tese de Doutorado em Psicologia)Universidade de Brasília: Distrito Federal.
- Peres, V.L.A.(2001). Desenhos de Família: Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais. (73-93).In: S. M. G. de Souza&I.Rizzini (Coord). *Desenhos de Família Criando filhos: A Família Goianiense e os elos parentais*.Goiânia: Cânone Editorial.
- Peres, V.L.A.(2012). O desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar. In: L. P. deAlmeida. A importância da produção acadêmica.*ECOS. Estudos contemporâneos da subjetividade*, 2(2), 186-199.
- Peres, V.L.A.(2013,out./dez). Justiça Educativa de Famílias. *Fragmentos de cultura*, 23(4), 415-424.
- Peres, V.L.A.(2014a). Configurações Subjetivas de Família em Litígio pela Guarda dos filhos. *Psicologia ciência e profissão*, 34(3), 733 - 744.
- Peres, V.L.A.(2014b). A Dimensão Subjetiva do litígio nas Famílias pela Guarda dos Filhos.In:M. J. F. Viana, C. T. Lemos & V. L. A. Peres. *Famílias brasileiras em situação de conflitividade*. (pp.185-205).Goiânia: Editora da PUC Goiás.
- Peres, V.L.A., &Cupolillo,M. V.(2011). Desenvolvimento humano.In: L. A. Becker.*Psicologia para concursos e graduação*.(pp.1-19)Rio de Janeiro: Elsevier.
- Rago, M. (1985).*Do cabaré ao lar: A Utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Reis, E. F. (2009). *Varas de família: Um encontro entre a psicologia e direito*. 1º ed. (2009). Curitiba: Juruá.
- Relvas, A. (1996). *O Ciclo vital da família perspectiva sistêmica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P.,& Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Rigonatti, S. P.(2003).*Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica*. São Paulo: Vetor editorapsico-pedagógica.
- Russell. B. (1977). *O casamento e a Moral*. Tradução: Wilson Velloso. Editora: Companhia nacional. São Paulo.
- Samara, E. M. (1989). *As mulheres o poder a família*. Ed: Marco zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
- Saraceno, C., &Naldini, M. (2003).*Sociologia da Família*. Lisboa: Estampa.

- Spanier, G. B. (1983). Married and unmarried cohabitation in the United States: 1980. *Journal of marriage and the family*, 45(2), 84-101.
- Stropasolas, L. V. (2004, jan./abr.). O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Revista Estudos Feministas*. 12(1).2-16.
- Vainer, R. (1999), Anatomia de um Divórcio Interminável – Olitígio como forma de vínculo. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Vigotski, L. S. (1987). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Willi, J. A. (1995). A construção dialética da realidade. In: M. Andolfi, C. Angelo, & C. Sacchi (Orgs.). *O casal em crise*. (pp. 38-46). São Paulo: Summus Editorial.
- Zordan, E. P., Falcke, D., & Wagner, A. (2009, ago.). Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista*, 15(2), 56-76.

Anexo 1 – Termo de compromisso livre e esclarecido

TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Vannúzia Leal Andrade Peres. Sou professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). A minha linha de pesquisa é “Família, Subjetividade e Desenvolvimento Humano”.

Convido você a colaborar com a minha pesquisa intitulada “**Produções Subjetivas de famílias em litígio pela guarda dos filhos: implicações para o seu desenvolvimento social**”, aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-GOIÁS.

A sua colaboração não lhe trará nenhum benefício financeiro, mas o benefício da oportunidade de contribuir com a construção de um novo modelo de compreensão e de intervenção no cenário do litígio da família pela guarda dos filhos.

O aprofundamento do conhecimento sobre o tema exige que eu integre todas as minhas experiências empíricas, entre elas, a Perícia Psicológica que venho realizando por designação de juízes das Varas de Família e que tem me ajudado a desenvolver um novo modelo teórico para a compreensão do litígio. Assim, pretendo que este trabalho científico seja uma forma de avançar na produção do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem ou viveram a situação do litígio.

Mediante esta tarefa solicito a sua colaboração assinando este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, o qual me permitirá utilizar as informações construídas com você na perícia psicológica para o desenvolvimento do conhecimento que tenho produzido sobre o tema e na divulgação desse conhecimento em Revistas e Livros científicos, palestras e debates.

Devo assegurar que atendo integralmente à **Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com humanos**, de forma que sempre mantenho em sigilo as informações de caráter privado ou aquelas que possam identificar os participantes ou causar qualquer tipo de prejuízo a eles. Assim, afirmo que o respeito ao seu direito de privacidade, bem como dos outros membros de sua família que participaram da perícia psicológica serão devidamente assegurados por mim.

Caso aceite colaborar, peço que assine duas vias do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Caso você necessite de maiores informações sobre a pesquisa, você pode ligar no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, telefone 39461097 e falar comigo - Professora Dr^a Vannúzia Leal Andrade Peres, CRP 09/025. Estarei à sua inteira disposição para os esclarecimentos que considerar necessários.

Agradeço antecipadamente

Prof^a Dr^a Vannúzia Leal Andrade Peres